



APdSE

2025

RELATÓRIO  
E CONTAS

APdSE  
Águas Públicas da  
Serra da Estrela, S. A.





1

## INTRODUÇÃO ..... 7

Estrutura Acionista

Órgãos Sociais

Breve História

2

## CONJUNTURA ..... 11

Global

Zona Euro

Portugal

O Setor

3

## A EMPRESA ..... 19

A APdSE – Atividade

Direção Geral

Direção Comercial e Financeira

Direção de Engenharia e Exploração

4

## CONTAS 2025 ..... 37

Demonstrações Financeiras

Anexo Demonstrações Financeiras

## MENSAGEM DO CONSELHO ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2025 revelou-se particularmente exigente para a Águas Públicas da Serra da Estrela, EIM, SA, constituindo um período marcado por acontecimentos extraordinários que colocaram à prova a capacidade de resposta da empresa e das suas equipas. Num contexto desafiante e imprevisível, a organização foi chamada a demonstrar, uma vez mais, a sua resiliência, capacidade de adaptação e compromisso com a prestação de um serviço público essencial às populações dos três municípios que integra.

Entre os acontecimentos mais marcantes do ano destaca-se o apagão elétrico ocorrido a 28 de abril de 2025, que afetou grande parte da Península Ibérica e colocou sob pressão diversas infraestruturas críticas. Perante esta situação inesperada, a APdSE respondeu de forma imediata e coordenada, ativando os seus mecanismos internos de emergência e mobilizando equipas técnicas para garantir a continuidade do abastecimento de água.

Entre os acontecimentos mais marcantes do ano destaca-se o apagão elétrico ocorrido a 28 de abril de 2025, que afetou grande parte da Península Ibérica e colocou sob pressão diversas infraestruturas críticas em todo o território. Perante esta situação inesperada, a APdSE respondeu de forma imediata e coordenada, ativando os seus mecanismos internos de emergência e mobilizando equipas técnicas para garantir a continuidade do abastecimento de água.

A preparação prévia da empresa e a capacidade de articulação institucional revelaram-se determinantes para enfrentar este episódio. Foram implementadas medidas de monitorização permanente dos sistemas, assegurada a gestão dos níveis de água nos reservatórios e ativadas soluções alternativas de funcionamento sempre que necessário. Em estreita articulação com os serviços municipais de proteção civil e com as autoridades locais, foi possível assegurar, durante todo o período da falha energética, a continuidade do abastecimento de água às populações, sem qualquer interrupção significativa do serviço.

O território da APdSE, EIM, SA, foi igualmente afetado, durante o verão, por incêndios florestais de grande dimensão que afetaram os concelhos de Seia e Oliveira do Hospital, provocando danos relevantes no território e colocando uma pressão excepcional sobre os sistemas de abastecimento de água.

Durante este período crítico, as equipas da APdSE estiveram permanentemente no terreno, assegurando o abastecimento de água às populações e prestando apoio técnico às operações de combate aos incêndios. A rede pública de abastecimento revelou-se um elemento essencial no apoio logístico às operações, permitindo o reabastecimento de viaturas de combate e contribuindo para a proteção de habitações e infraestruturas em diversas localidades.

Apesar das exigências excecionais colocadas sobre o sistema, a empresa conseguiu garantir o funcionamento regular das infraestruturas, reforçando reservatórios, monitorizando pressões e intervindo sempre que necessário para assegurar a continuidade de um serviço público essencial.

Os incêndios provocaram, contudo, prejuízos relevantes em infraestruturas e equipamentos, exigindo um esforço significativo ao nível da reposição das condições operacionais dos sistemas. Importa referir que, apesar da dimensão dos danos registados, a APdSE não foi considerada elegível para os apoios extraordinários disponibilizados pelo Estado no âmbito das medidas de recuperação pós-incêndio,

circunstância que veio agravar o esforço financeiro necessário para assegurar a recuperação das infraestruturas afetadas.

Mesmo perante este enquadramento particularmente adverso, a APdSE manteve o foco na sua missão de assegurar um serviço público essencial com elevados padrões de qualidade, continuidade e eficiência, garantindo a operação permanente dos sistemas que servem o território.

Ao longo de 2025, a APdSE prosseguiu a sua estratégia de investimento assente na modernização tecnológica, na digitalização dos processos operacionais e no reforço das competências internas das suas equipas. Esta aposta contínua permitiu aumentar a capacidade de resposta operacional e melhorar os indicadores de desempenho em diversas áreas da atividade.

O investimento realizado durante o ano ascendeu a cerca de 2.429.350 euros, refletindo o compromisso da empresa com a renovação de infraestruturas, a redução das perdas reais de água, a otimização energética e o reforço da resiliência dos sistemas. Paralelamente, foram estruturados os planos associados ao novo ciclo de financiamento, garantindo que a APdSE se encontra devidamente posicionada para aproveitar futuras oportunidades de investimento e desenvolvimento.

No plano técnico, o ano de 2025 ficou igualmente marcado por um avanço relevante com a obtenção do licenciamento da Agência Portuguesa do Ambiente para a produção de Água para Reutilização (ApR) na ETAR da Folgosa do Salvador.

Este licenciamento representa um passo importante na promoção de uma gestão mais eficiente e sustentável dos recursos hídricos na região, colocando a APdSE entre o conjunto restrito de entidades gestoras em Portugal habilitadas a produzir água reutilizada de acordo com os exigentes critérios técnicos e ambientais definidos pela legislação nacional.

A reutilização de água tratada constitui uma solução alinhada com os desafios associados às alterações climáticas e à crescente pressão sobre os recursos hídricos, permitindo a sua utilização segura em diversas atividades, nomeadamente usos industriais, manutenção de espaços verdes, limpeza urbana ou apoio ao combate a incêndios.

No plano da comunicação e da sensibilização ambiental, a APdSE foi distinguida com uma Menção Honrosa nos Prémios APDA – Tubos de Ouro 2025, na categoria de Melhor Projeto de Comunicação do Valor da Água, pelo desenvolvimento da campanha “Imperativo Fazer Mais”.

Esta iniciativa procurou reforçar a sensibilização da população para a importância da gestão responsável da água, promovendo comportamentos conscientes e incentivando uma maior valorização deste recurso essencial. Uma componente particularmente relevante desta campanha foi desenvolvida junto da comunidade escolar dos municípios de Gouveia, Oliveira do Hospital e Seia, envolvendo alunos, professores e equipas educativas em atividades pedagógicas e desafios educativos.

Neste âmbito, foi também promovida a edição de 2025 do concurso escolar “imagina+”, dirigido aos alunos do ensino secundário e profissional dos três municípios, incentivando a reflexão e a criatividade em torno de temas relacionados com a sustentabilidade e a proteção dos recursos hídricos.

Estas iniciativas refletem o compromisso da APdSE em promover uma relação de proximidade com a comunidade e em reforçar a educação ambiental das gerações mais jovens.

Em termos operacionais, a empresa continuou a assegurar a gestão de um sistema complexo que integra aproximadamente 1040 km de rede de abastecimento de água e 685 km de coletores de saneamento, num território com cerca de 971 km<sup>2</sup>,

garantindo diariamente o fornecimento de água para consumo humano e o tratamento adequado das águas residuais para mais de 50 000 consumidores.

A APdSE conta atualmente com uma equipa de 86 colaboradores, que asseguram o funcionamento permanente dos sistemas, 24 horas por dia, 365 dias por ano. A existência de uma equipa de obra própria continua a constituir uma mais-valia estratégica, permitindo uma resposta rápida e eficiente tanto em intervenções programadas como em situações imprevistas.

Em termos económico-financeiros, o ano de 2025 refletiu o impacto dos acontecimentos extraordinários que marcaram o território e o setor, bem como o aumento generalizado dos custos operacionais que se tem vindo a verificar. Ainda assim, a gestão da empresa manteve-se orientada por princípios de rigor, prudência e responsabilidade financeira.

A APdSE registou um resultado líquido de -38 124,75 euros e um EBITDA de 855 017,47 euros, indicadores que traduzem os impactos do contexto vivido, mas também o esforço permanente de gestão responsável e de equilíbrio económico-financeiro.

Importa recordar que, desde o início da sua atividade, a empresa tem vindo a afirmar-se como um caso de sucesso de gestão pública intermunicipal, tendo alcançado resultados positivos desde o seu segundo ano de atividade, apresentando um grau de recuperação de custos superior a 95% e um investimento acumulado superior a 11.396.125 milhões de euros no território dos três municípios que integra.

Apesar das dificuldades registadas, a APdSE continua a praticar um tarifário equilibrado e ajustado à realidade socioeconómica da região, consciente das particularidades próprias de um território do interior do país e da importância social do serviço que presta às comunidades.

Reconhecemos, uma vez mais, o contributo essencial de todos os colaboradores da empresa, cujo empenho e dedicação foram determinantes para enfrentar um ano particularmente exigente. O profissionalismo demonstrado pelas equipas permitiu assegurar a continuidade de um serviço público essencial mesmo em circunstâncias adversas.

Expressamos igualmente o nosso reconhecimento aos fornecedores, empreiteiros, consultores e parceiros institucionais que continuam a colaborar com a APdSE, contribuindo com o seu conhecimento técnico e experiência para o desenvolvimento e melhoria contínua da atividade da empresa.

Um agradecimento especial é também dirigido aos membros da Assembleia Geral e ao Fiscal Único pelo acompanhamento atento e pelo contributo prestado para a boa governação da empresa.

Apesar das dificuldades vividas ao longo de 2025, a APdSE mantém-se firme no seu propósito de continuar a melhorar, inovar e reforçar a qualidade dos serviços prestados às populações.

Porque o caminho faz-se caminhando, e porque sabemos que cada resultado alcançado representa apenas mais um passo, reafirmamos o compromisso que continua a orientar o percurso da empresa:

é imperativo continuar a fazer mais e melhor.

# INTRODUÇÃO

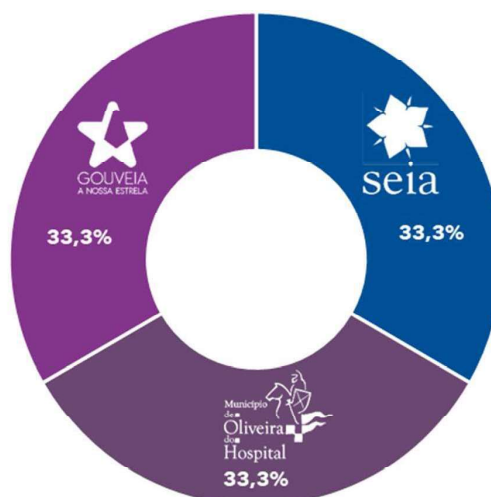
ESTRUTURA ACIONISTA

ÓRGÃOS SOCIAIS

BREVE HISTÓRIA



## ESTRUTURA ACIONISTA



Nos termos da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais.

Em concordância com o artigo 20, do Decreto-Lei nº 194/2009, de 20 de agosto, que estabelece o Regime Jurídico dos Serviços Municipais de Abastecimento Público de Água, de Saneamento de Águas Residuais e de Gestão de Resíduos Urbanos.

Contrato de Gestão Delegada, durante 50 anos.



## ORGÃOS SOCIAIS

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Francisco Tavares Rolo  
Presidente do Conselho de Administração

António Luciano da Silva Ribeiro  
Vice-Presidente do Conselho de Administração

Jorge Abrantes Cardoso Ferreira  
Vogal do Conselho de Administração

### MEMBROS DA ASSEMBLEIA GERAL

José Nuno Ribeiro Saraiva  
Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Bruno Miguel Domingos Miranda  
Secretário

Célia Maria Pereira Barbosa  
Vogal

### FISCAL ÚNICO

Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados,  
SROC nº 176, representada por Bruno José Machado de Almeida,

### SUPLENTE

José Joaquim Marques Almeida.



## BREVE HISTÓRIA





CONJUNTURA



## CONJUNTURA

### A ENVOLVENTE

#### Contexto Macroeconómico<sup>1</sup>

O ano de 2025 decorreu num contexto internacional ainda marcado por elevada incerteza geopolítica, com a continuação da guerra entre a Rússia e a Ucrânia, a persistência dos conflitos no Médio Oriente e o início do novo mandato presidencial nos Estados Unidos. Estes fatores contribuíram para um ambiente de maior volatilidade nos mercados financeiros e para o reforço dos riscos associados ao comércio internacional e às cadeias globais de abastecimento.

Ao longo de 2025, o crescimento mundial manteve-se relativamente resiliente, embora com uma dinâmica desigual entre regiões. As economias avançadas registaram uma desaceleração moderada, refletindo o impacto cumulativo do aperto monetário dos anos anteriores, enquanto várias economias emergentes continuaram a apresentar taxas de crescimento mais robustas. A inflação prosseguiu uma trajetória de normalização nas principais economias desenvolvidas, com cortes graduais das taxas de juro por parte dos principais bancos centrais.

#### Globalmente

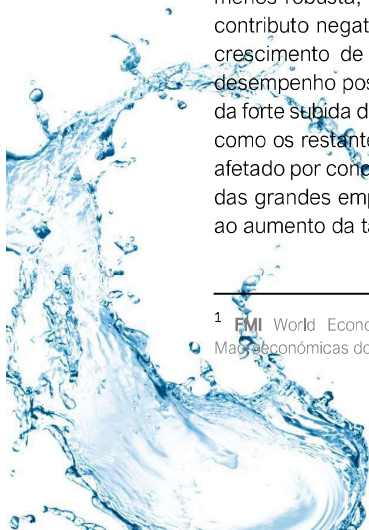
O crescimento da economia mundial manteve-se resiliente no segundo trimestre de 2025, com uma melhoria no crescimento da Ásia e da área do euro, e um crescimento mais moderado dos EUA. Os mercados financeiros recuperaram e assistiu-se a uma maior divergência de orientação política monetária entre os dois lados do atlântico, contribuindo para a apreciação do euro face ao dólar.

Os mercados financeiros internacionais continuaram voláteis e dominados pela incerteza geopolítica e pelas tensões comerciais globais. Após o anúncio do acordo comercial entre a União Europeia e os Estados Unidos, os índices bolsistas recuperaram acentuadamente na área euro, enquanto nos EUA apresentaram um crescimento mais moderado. Paralelamente, temos assistido a um máximo histórico do valor do ouro, impulsionado pelas compras massivas deste ativo de refúgio por parte dos bancos centrais, refletindo a elevada incerteza internacional num contexto geopolítico incerto e a fraqueza do dólar.

No segundo trimestre de 2025, o PIB em volume acelerou para um crescimento de 3,5% em termos homólogos, em resultado do maior dinamismo das economias norte-americana, japonesa e mexicana. A China manteve um crescimento robusto, enquanto a economia europeia abrandou, devido em grande parte ao impacto dos efeitos de antecipação da entrada em vigor das alterações das tarifas aduaneiras, que levou ao recuo das exportações. Apesar da elevada incerteza internacional, houve um retorno do comércio mundial e um maior dinamismo do investimento, num contexto de melhoria de condições de financiamento.

A economia norte-americana apresentou um crescimento mais moderado, em resultado de uma procura interna menos robusta, devido ao consumo privado e público com quebra do investimento provado residencial e do contributo negativo das exportações líquidas para o PIB. No caso da economia da China, o PIB registou um crescimento de 5,3% em termos homólogos devido sobretudo à aceleração da produção industrial e ao desempenho positivo da atividade exportadora. O declínio das exportações destinadas ao EUA, em resultado da forte subida das tarifas impostas a este país, levou ao redirecionamento do comércio com outras geografias, como os restantes países asiáticos e a união europeia. No setor da construção existe uma fraca recuperação, afetado por condições meteorológicas adversas e pelo declínio do mercado imobiliário. A melhoria da confiança das grandes empresas do setor industrial e as perspetivas positivas do investimento empresarial podem levar ao aumento da taxa de juro.

<sup>1</sup> FMI World Economic Outlook; European Commission Economic Outlook; Boletim Económico do Banco de Portugal; Projeções Macroeconómicas do Banco de Portugal; Eurostat e INE. Boletim Trimestral Economia Portuguesa



Em termos de indicadores de confiança, nota-se uma certa divergência entre a confiança dos empresários e a dos consumidores. Nos EUA, a confiança dos empresários está em 54,2 pontos que é quase o limiar que marca crescimentos positivos, enquanto a dos consumidores continuou a cair atingindo valores mínimos de quatro anos.

Neste contexto, os setores tecnológicos têm se destacado pela sua valorização, sobretudo nos EUA, com as empresas tecnológicas a liderarem o crescimento, contrastando com a evolução mais moderada dos setores não tecnológicos.

## Zona Euro

A economia do euro recuperou para um crescimento de 1,5% no primeiro semestre, e este assente no crescimento robusto de Espanha, associado ao desempenho dos serviços, principalmente do turismo. E um crescimento mais fraco da Alemanha, França e Itália. A procura interna registou um crescimento mais elevado do que as exportações. Refletindo um dinamismo do consumo privado e do investimento interno e um contributo negativo em resultado da antecipação da política tarifária dos EUA.

O indicador de sentimento económico da área do euro aumentou em resultado da melhoria dos serviços, embora ainda permanecendo abaixo do nível médio de longo prazo. A carteira de encomendas externas deteriorou-se num contexto de procura externa fraca, devido às tarifas globais e à forte apreciação do euro.

O mercado de trabalho permaneceu relativamente robusto. A taxa de desemprego manteve-se em níveis historicamente baixos para a área do euro, embora se tenha observado uma ligeira moderação da criação de emprego face aos ritmos mais elevados do período pós-pandemia. As expectativas de emprego estabilizaram ao longo do ano, refletindo maior prudência por parte das empresas, sobretudo no setor industrial.

No que respeita aos preços, a inflação prosseguiu a trajetória de desaceleração iniciada em 2023 e 2024. Em 2025, a taxa de inflação média anual situou-se próxima de 2%, convergindo para o objetivo de estabilidade de preços. A moderação resultou essencialmente da dissipação dos efeitos associados aos choques energéticos anteriores e do abrandamento dos preços dos bens alimentares. A inflação subjacente também diminuiu gradualmente, embora a componente dos serviços tenha permanecido relativamente mais persistente, refletindo pressões salariais acumuladas e ajustamentos de margens.

## Portugal

Segundo o Banco de Portugal, os principais indicadores económicos previstos para 2025 face a 2024 são os seguintes:

Indicador	2025	2024
Taxa crescimento Produto Interno Bruto	2,30%	1,90%
Taxa crescimento Consumo Privado	2,80%	3,20%
Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor	2,30%	2,70%
Taxa de desemprego	6,40%	6,50%
Taxa de juro OT 10 Anos	2,05%	2,68%



No primeiro semestre de 2025, a economia portuguesa apresentou um desempenho favorável. O PIB registou uma variação homóloga real de 1,8%, refletindo um contributo da procura interna e do consumo privado, tendo a taxa de poupança continuado a crescer. O crescimento na primeira parte do ano justifica-se por um forte dinamismo da procura interna, nomeadamente do consumo privado e do investimento, compensando o pior desempenho da procura externa líquida.

A evolução da procura interna refletiu uma recuperação do consumo e uma desaceleração do investimento. Nos três primeiros trimestres, o consumo privado acelerou ligeiramente em termos homólogos, enquanto o consumo público estabilizou em 1,6%. O investimento apesar de continuar a demonstrar uma taxa de crescimento elevada desacelerou para os 6,2%. No terceiro trimestre de 2025, as exportações portuguesas continuam em máximos históricos.

Os setores de transportes e armazenagem e atividade de informação e comunicação, de energia, água e saneamento foram os que cresceram mais nos primeiros nove meses do ano.

No que toca à confiança dos consumidores, esta encontra-se em linha com a dinâmica da área euro, reduziu em novembro. Isto resultou de um contributo negativo de todas as componentes, à exceção da evolução passada da situação financeiro do agregado familiar.

A atividade turística manteve-se robusta em 2025, embora com sinais de desaceleração. Os dados revelam um crescimento homólogo de 2,1%, que contrasta com os 4,2% no mesmo período do ano passado. Contrariamente a 2024, o mercado nacional foi o que mais contribuiu para este aumento, sendo o mercado estrangeiro um pouco menos. Os mercados britânico, alemão e norte-americano foram os que registaram maior peso nas dormidas de não residentes. Com quotas de mercado de 17,9%, de 11,3% e 9,6%, respetivamente. Destacam-se ainda o mercado chinês e polaco, que sofreram um grande aumento, mas cujas quotas de mercado ainda são relativamente baixas, 1% e 2,7%, respetivamente.

O mercado de trabalho apresentou uma evolução positiva, com a população ativa e a população empregada a registarem aumentos, a par da diminuição da taxa de desemprego. Do ponto de vista setorial, o emprego nos setores secundário e terciário aumentou 1,9% e 4,9%, respetivamente. O forte desempenho do setor terciário deveu-se sobretudo ao forte crescimento nas atividades de alojamento e restauração, e nas atividades de informação e comunicação.

A inflação continuou a diminuir, embora tenha sido uma diminuição mais lenta. Os preços da habitação continuam com uma trajetória ascendente. Em contraste com a evolução dos restantes bens e serviços, o mercado residencial continua a exibir um crescimento dos preços bastante forte. Apesar disso o número de transações abrandou significativamente, evidenciando assim uma oferta cada vez mais limitada.



## O SETOR

### A Nível Mundial <sup>2</sup>

A água potável e o saneamento adequado são fundamentais para o bem-estar humano e o desenvolvimento sustentável, sendo reconhecidos como direitos humanos básicos. A sua importância é vital em diversas áreas, como saúde pública, agricultura, energia, e no crescimento económico.

No entanto, o aumento da população global e a urbanização acelerada, aliado às mudanças climáticas, têm gerado uma crescente pressão sobre os recursos hídricos, com a oferta de água diminuindo ou permanecendo estática, enquanto a procura não deixa de crescer.

Nos últimos 25 anos, houve avanços significativos na redução da falta de acesso a fontes melhoradas de abastecimento de água, mas a realidade do saneamento adequado ainda permanece desafiadora. Em 2015, mais de um quarto da população nos países mais pobres ainda não tinha acesso a serviços adequados de saneamento.

Mesmo nas regiões mais desenvolvidas, a gestão da água e do saneamento enfrenta desafios relacionados à má administração, baixos níveis de investimento e escassez de recursos.

Em resposta a esses desafios globais, o Banco Mundial lançou, em 2019, um novo Plano Estratégico com base em três pilares fundamentais: sustentabilidade dos recursos hídricos, acessibilidade e resiliência dos sistemas de abastecimento e saneamento.

A implementação de uma gestão eficiente e sustentável da água exige um enfoque integrado que vá além do acesso à água potável, abordando também a qualidade da água, a escassez de recursos hídricos, a gestão dos esgotos e a restauração dos ecossistemas relacionados.

A transformação digital no setor de água, com a utilização de dados e instrumentação adequada, será essencial para enfrentar esses desafios. A "indústria da água digital" poderá ajudar na otimização dos serviços, oferecendo uma maior precisão na gestão de recursos e no atendimento aos clientes, ao mesmo tempo que se protege o meio ambiente.

### O Abastecimento e o Saneamento em Portugal <sup>3</sup>

Em Portugal, o setor de águas é subdividido em duas grandes áreas: o abastecimento de água para consumo humano e o saneamento de águas residuais urbanas. O abastecimento de água envolve diversos processos, desde a captação e tratamento até à distribuição final aos consumidores.

Os sistemas de abastecimento de água em alta, promove a recolha do meio hídrico à rede de distribuição, enquanto os sistemas em baixa prestam o serviço diretamente aos consumidores. O saneamento de águas residuais urbanas, por sua vez, envolve a drenagem, tratamento e rejeição de águas residuais, sendo crucial para garantir a qualidade das massas de água e proteger os ecossistemas aquáticos.

Portugal enfrenta um cenário único no que se refere ao setor de águas devido à sua vasta dispersão populacional e ao elevado número de sistemas de gestão de água, o que dificulta a gestão técnica e económica do setor. A fragmentação e a falta de escala em muitos sistemas de abastecimento e saneamento dificultam a manutenção de elevados padrões de qualidade e a obtenção de economias de escala.

Atualmente, o setor das águas em Portugal enfrenta desafios críticos, em particular na nossa zona de atuação, enfrentamos fenómenos climáticos extremos, como a pluviosidade intensa, que não ajuda a repor os níveis dos lençóis freáticos. Além disso, os custos elevados associados ao tratamento de águas residuais, em especial devido às afluições indevidas de águas pluviais, têm aumentado significativamente. A gestão das águas

<sup>2</sup> <http://www.worldbank.org>; <http://oecdobserver.org>

<sup>3</sup> <https://www.ersar.pt/pt>; <https://www.apambiente.pt>; Diário da República, 1ª Série

pluviais tornou-se também uma questão importante, com a necessidade de financiamento adequado para garantir a infraestrutura necessária.

Nesse contexto, a reutilização da água tratada (ApR) surge como uma estratégia promissora. Ao adotar um modelo de economia circular, a ApR permite utilizar águas tratadas para fins como a irrigação agrícola, processos industriais e combate a incêndios, ajudando a reduzir a pressão sobre os recursos hídricos escassos e promovendo um uso mais sustentável da água.

O setor de águas enfrenta desafios globais e nacionais que exigem uma abordagem integrada, onde a gestão eficiente dos recursos hídricos, a melhoria da infraestrutura e a inovação tecnológica desempenham papéis fundamentais. A transformação digital, a gestão sustentável e a adaptação a novas soluções como a reutilização de água são essenciais para enfrentar as incertezas climáticas e as necessidades crescentes da população.

Em Portugal, a gestão das águas precisa ser otimizada, com especial atenção à fragmentação dos sistemas e aos desafios relacionados à escassez de água, mudanças climáticas e os custos crescentes com o tratamento de águas residuais. A implementação de novas tecnologias e soluções de economia circular são passos importantes para garantir a sustentabilidade do setor a longo prazo.

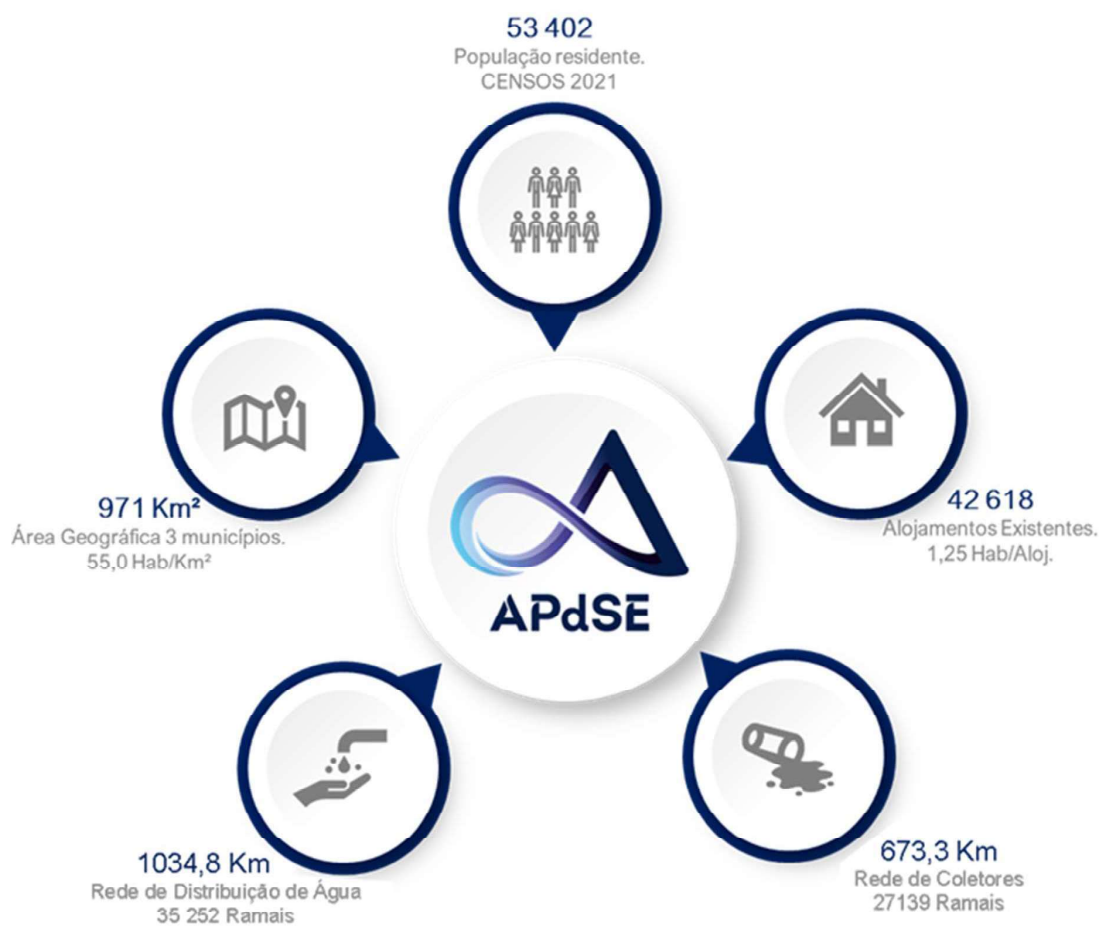
# A EMPRESA



APdSE – ATIVIDADE  
DIREÇÃO GERAL  
DIREÇÃO COMERCIAL E FINANCEIRA  
DIREÇÃO DE ENGENHARIA E EXPLORAÇÃO

## A ATIVIDADE DA EMPRESA

A APdSE em números:



## DIREÇÃO GERAL

A Direção Geral prosseguiu, na concretização dos fins que organicamente lhe estão acometidos, desenvolvendo e materializando com as demais Direções e Unidades, sempre alinhados com os objetivos estratégicos da APdSE.

Um dos principais papéis levados por diante pela Direção Geral prende-se com a preocupação primeira, definidas que estejam as orientações pelo Conselho de Administração, a quem reporta em termos de gestão, da definição, coordenação, revisão das políticas e do planeamento, com a coadjuvação das diferentes Direções

A APdSE, com todas as limitações de que conscientemente é detentora, mostra-se flexível na continuidade de adoção de novas soluções, fazendo-o de forma sistemática e continuada, na certeza de ser esta a única forma de resistir à mudança da voragem dos tempos

Dar uma nota final para relembrar que no exercício das suas competências, direta e indiretamente, em Reuniões do CA e da Assembleia Geral foram tomadas deliberações, da responsabilidade das Direções/Unidades e Conselho de Administração e Assembleia Geral, que se encontram plasmadas nas respetivas atas desses órgãos.

Estando, em termos temporais, a vivenciarem-se os últimos meses do ano 2025, tudo faremos para que as apostas feitas, projetadas e delineadas se concretizem no sentido de se conseguir ter uma estrutura APdSE em crescendo, em quantidade e qualidade, que vá ao encontro das expectativas geradas pelos seus clientes, mas também por todos aqueles que estiveram na génese da sua criação.

## DIREÇÃO COMERCIAL E FINANCEIRA

A Direção Comercial e Financeira (DCF), decorre da reorganização efetuada em janeiro de 2024, com a aprovação do novo organograma, onde se fundiu a unidade financeira (não estava ocupada), com a unidade comercial.

Dentro desta Direção encontram-se diversos serviços de apoio, que permitem à APdSE desempenhar as funções de suporte para a qual foi criada, nomeadamente o desenvolvimento de diversas atividades e documentos que permitiram o crescimento e operacionalização da APdSE.

Os serviços que lhe estão adstritas são: Contabilidade, Recursos Humanos, Tesouraria, Gestão Documental, Fundos Comunitários, Jurídico, Contratação Pública, Higiene e Segurança no Trabalho, Atendimento e Faturação, Leituras e Cobrança.

No período em análise a Direção Comercial e Financeira (DCF), era composta por 1 Diretor, 1 Dirigente de Unidade, 3 Técnicos Superiores, 3 Administrativo, 7 colaboradores afetos a leituras de contadores, 6 afetos ao atendimento presencial e cobranças, 2 no atendimento telefónico e apoio ao cliente, 1 no BackOffice e 2 avenças, recursos manifestamente reduzidos face ao previsto no Contrato de Gestão Delegada.

A execução de todas estas funções por uma equipa tão reduzida, só é possível devido aos níveis elevados de eficiência, polivalência e espírito de equipa.

Neste período procedeu-se, à elaboração do Plano de Cumprimento Normativo, que incluiu a revisão do PICGR e do Código de Conduta existente, ao encerramento de contas de 2025 e do Relatório do Governo Societário, bem como à elaboração do Relatório de Gestão, elaborados os Relatórios de Execução Orçamental, elaboração e submissão das contas 2025 no Tribunal de Contas.

Recolha e submissão do Reporte de Contas à ERSAR, tendo a APdSE superado o limite mínimo exigido do GRC quer em AA quer em AR.

Submissão dos pedidos de pagamento das operações do POSEUR, bem como elaboração e submissão dos relatórios finais.

Analisemos de seguida duas áreas que são transversais a toda a Empresa, nomeadamente a área dos Recursos Humanos e da Contratação Pública

### Recursos Humanos

No âmbito dos seus objetivos estratégicos, garantindo a sustentabilidade da empresa, a APdSE mantém o compromisso de otimizar o desempenho operacional e dos seus recursos materiais e humanos. Neste sentido é fundamental manter uma política de gestão e valorização dos recursos humanos (RH) da empresa, orientando, motivando e desenvolvendo o potencial de todos os trabalhadores.

Indicador	dez/25	dez/24
N.º total de funcionários	89	86
Sexo masculino	77	74
Sexo feminino	12	12
Saídas	8	4
Admissões	12	12

No final de 2025, a empresa integrava 89 trabalhadores do sexo masculino (87%) e 12 trabalhadores do sexo feminino (13%). Devido à natureza de operação da empresa é expectável que ao nível dos recursos humanos exista alguma predominância no número de trabalhadores do sexo masculino relativamente ao sexo feminino.

	Indicador	dez/25	dez/24
até aos 29 anos	Feminino	1	0
	Masculino	5	5
30 aos 39 anos	Feminino	2	2
	Masculino	15	17
40 aos 49 anos	Feminino	6	7
	Masculino	21	20
50 aos 59 anos	Feminino	3	3
	Masculino	29	25
mais de 60 anos	Feminino	0	0
	Masculino	7	7

A Tabela demonstra a distribuição dos trabalhadores da APdSE por faixa etária e sexo, em final de 2025 e 2024, a distribuição pelas faixas etárias 30-39 anos; 40-49 anos e 50-59 anos é aproximada, contudo a maioria dos trabalhadores encontra-se na faixa etária entre os 50 e os 59 anos de idade, sendo a média de idades 47 anos.

	Indicador	dez/25	dez/24
Cargos Chefia/ Dirigente	Feminino	2	2
	Masculino	4	4
Técnico Superior	Feminino	3	4
	Masculino	2	2
Administrativo	Feminino	7	6
	Masculino	16	14
Operário	Feminino	0	0
	Masculino	55	54

Analisada a distribuição de trabalhadores de acordo com o sexo e categoria, cujos dados se encontram resumidos na tabela seguinte, verifica-se que o sexo masculino é o que desempenha funções mais operacionais e o género feminino faz-se representar em maior número nas categorias internas de "Administrativo" e de "Técnico Superior".

A Tabela seguinte demonstra e resume os tempos de trabalho e a sua evolução de 2024 para de 2025.

Indicador	dez/25	dez/24
N.º Horas Ausências pagas p/APdSE	3185	816
N.º Horas Ausências não pagas pela APdSE	4613	6773
N.º Horas Férias	12723	12330
N.º Horas Trabalhadas	132471,5	115560
N.º Horas trabalho suplementar	7897	5903

A diferença significativa de trabalhadores em serviço de ambos os anos, é explicada pela entrada da maior parte dos operacionais apenas no 2º semestre de 2025. Contudo destaque para um elevado nº de ausências,

explicadas por diversas baixas e acidentes de trabalho que decorreram nos dois anos, que aliado à saída de alguns colaboradores, causou alguns constrangimentos na atividade da empresa.

Na alçada da Unidade Comercial, encontra-se a gestão das três lojas de atendimento, da equipa de leitores nos três concelhos de abrangência da APdSE, bem como o serviço de BackOffice e apoio ao cliente que englobam necessariamente a faturação, gestão de reclamações, entre outros.

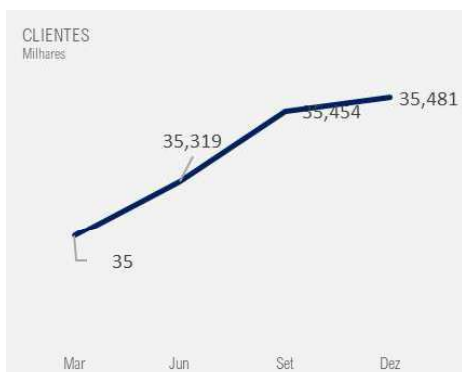
Durante este período, a unidade tem demonstrado um desempenho positivo, focado principalmente na qualidade do atendimento aos clientes e na melhoria constante da experiência proporcionada aos mesmos. Ao longo do ano de 2025 um dos maiores desafios com que a unidade comercial se deparou foi com o grande acréscimo de contactos quer presenciais quer telefónicos.

A Unidade Comercial tem-se destacado pelo seu compromisso em oferecer um atendimento ágil, eficiente e personalizado, procurando sempre atender às necessidades dos consumidores com a máxima atenção e cuidado. A equipa tem-se mostrado cada vez mais capacitada, garantindo que os clientes recebam respostas rápidas e soluções eficazes para suas demandas, seja no atendimento presencial, telefónico ou online.

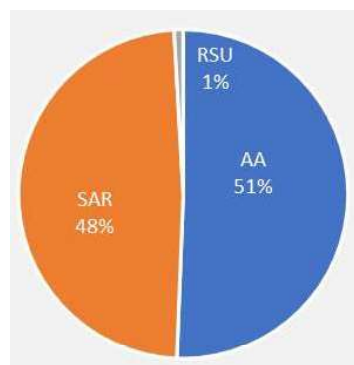
O relacionamento com os clientes tem sido uma prioridade, com a implementação de práticas que visam fortalecer a confiança e satisfação. O investimento contínuo na formação dos colaboradores e na atualização dos processos de atendimento tem contribuído para que a empresa consiga atender de forma eficaz as diversas solicitações dos consumidores, sempre com respeito e transparência.

Em resumo, o desempenho da Unidade Comercial reflete a dedicação constante à melhoria do atendimento ao cliente e a um relacionamento transparente e eficiente com os consumidores.

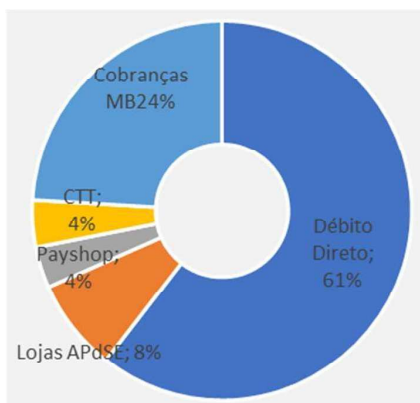
Apresentam-se alguns gráficos que evidenciam o atrás exposto e são representativos do bom caminho que se tem vindo a traçar.



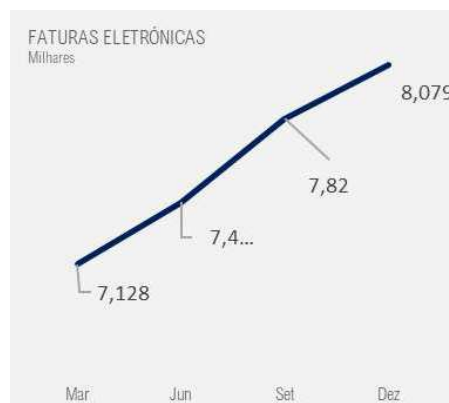
Evolução de N° clientes



Faturação por atividade



Cobranças dezembro 2025



Evolução Faturas Eletrónicas

O gráfico apresentado ilustra a evolução do número de clientes da Águas Públicas da Serra da Estrela ao longo de 2025. A análise dos dados mostra um crescimento gradual no número de clientes, passando de 35.121 clientes em janeiro de 2025 para 35.481 clientes em dezembro de 2025, o que representa um aumento de 360 clientes ao longo do ano.

A faturação por tipo de atividade mantém-se estável ao longo dos últimos anos, sendo por razões óbvias o ramo de Abastecimento de Água a que detém maior percentagem.

**Débito Direto:** A opção de pagamento por débito direto é, de longe, a mais utilizada, representando 61% do total. Esta elevada percentagem indica uma forte preferência dos clientes por métodos de pagamento automáticos e convenientes. O débito direto é bastante conveniente aos clientes, pois os pagamentos são realizados de forma automática e periódica, sem a necessidade de ação direta por parte do cliente. A crescente adesão a esse método reflete a tendência de digitalização e automação das transações financeiras, mostrando que muitos consumidores valorizam a simplicidade e a regularidade dos pagamentos automáticos. É também um forte indicador dos níveis de confiança que os clientes têm na APdSE.

**Multibanco:** O pagamento via multibanco representa 24% das transações. Esta é uma forma de pagamento bastante popular em Portugal, sendo amplamente utilizada pelos consumidores devido à sua acessibilidade e ao amplo número de terminais disponíveis, o Multibanco continua a ser uma escolha relevante, especialmente entre os clientes que preferem um maior controle sobre a data e o valor dos pagamentos.

**CTT e Payshop:** A opção combinada de pagamento pelos CTT (Correios) e Payshop corresponde a 8% do total. Embora essa modalidade seja menos utilizada em comparação com as anteriores, ela ainda tem um grupo de clientes que preferem realizar o pagamento presencialmente, seja nas agências dos Correios ou em estabelecimentos parceiros da Payshop. O uso de métodos tradicionais de pagamento, como este, tende a ser mais comum entre consumidores que não têm acesso fácil a soluções digitais ou que preferem o contato direto para resolver questões relacionadas com o pagamento.

**Balcão APdSE:** O pagamento efetuado diretamente no balcão da Águas Públicas da Serra da Estrela representa 8% das transações. Esse valor subiu em relação ao ano anterior, o que nos leva a concluir que existem clientes que preferem resolver as suas pendências diretamente nas instalações da empresa.

**Fatura Eletrónica:** A análise dos dados mostra uma tendência de crescimento constante, com o número de clientes a aumentar de 6.938 em janeiro para 8.079 em dezembro, o que representa um incremento de 1201 clientes durante o ano. Esse aumento representa um crescimento de aproximadamente 17,5% ao longo do ano, o que é uma evolução positiva e significativa.

**Crescimento contínuo:** O número de clientes com fatura eletrónica cresce de forma constante mês a mês, evidenciando uma adesão progressiva à digitalização dos serviços. Esse crescimento reflete a tendência de modernização e a adaptação dos consumidores às soluções mais práticas e ecológicas, como a fatura eletrónica.

**Incrementos mensais:** Os números mostram que, em média, a adesão cresceu cerca de 100 clientes por mês, foi constante ao longo do ano, sendo que no mês de Junho e Outubro foram os que sofreram um aumento mais elevado.

Este aumento reflete tanto a aceitação crescente dos consumidores por soluções digitais quanto a eficácia das iniciativas e políticas da Águas Públicas da Serra da Estrela para promover a fatura eletrónica. Para manter esse ritmo de crescimento, a empresa deverá considerar estratégias adicionais de sensibilização e incentivar ainda mais os clientes a migrar para a fatura eletrónica, destacando os benefícios dessa prática, como a redução de custos e o impacto positivo no meio ambiente

### **Contratação Pública em 2025**

Na área da contratação pública, na formação e na execução dos contratos públicos são aplicados e respeitados os princípios gerais decorrentes da Constituição, dos Tratados da União Europeia e do Código do Procedimento Administrativo.

Deste modo, em 2025, ao nível da contratação pública, relatamos a tramitação dos seguintes procedimentos de contratação, para além das aquisições externas:

Designação	Objeto do Contrato	Tipo de Procedimento	Entidade	Valor Contrato	Data de Adjudicação
DCF 202408	Telemetria 1ª Fase	Concurso Público Internacional	CONTAQUA, Lda	478 189,17 €	06/01/2025
DEE 202413	Revisão de Projetos de obras em Gouveia e Seia	Concurso Público	Hidrofunção - Consultores de Engenharia, Lda	12 981,00 €	22/01/2025
DEE 202501	Revisão de projeto Lote 2 - Oliveira do Hospital	Ajuste Direto	Sunsetclimb, Lda	9 500,00 €	25/02/2025
DEE 202505	Operação/Manutenção de ETAR e EEAR	Consulta Prévia	AGR - Engenharia e Serviços, Lda	25 320,00 €	25/02/2025
DEE 202506	Aquisição de Estantes para Armazém	Ajuste Direto	Lusoracks, Lda	9 980,00 €	25/02/2025
DG-202304	Serviços de Suporte de Sistemas de Gestão e Assistência Técnica - Serv. Complementares	Concurso Público	Officelan, Lda	2 294,81 €	27/02/2025
DCF 202501	Impressão, envelopagem, expedição de faturas, e outras comunicações 2025-2026	Consulta Prévia	CTT - Correios de Portugal, SA	42 472,19 €	12/03/2025
DEE 202507	Aquisição de Gerador para ETAR Cide	Ajuste Direto	Macoestrela, Unipessoal Lda	7 150,00 €	12/03/2025
DEE 202502	Empreitada Sta Marinha (EM522-2 Stª Marinha e Pinhancos) - Fase 1 - Lote 2 - Rede de Abastecimento	Concurso Público	Solução Vida, Lda	107 792,23 €	19/03/2025
DCF 202503	Apoio técnico para a Elaboração de Candidaturas e Acompanhamento de Projetos de Investimento 2025/26	Consulta Prévia	Pimentel & Póvoa - Consultores, Lda	30 000,00 €	27/03/2025
DEE 202511	Substituição rede AA e rede AR na Rua da Liberdade - SEIA e substituição rede AA na Rua Dom José Mendonça Arrais - Seia	Consulta Prévia	Amadeu Gonçalves Cura & Filhos Lda	78 588,43 €	05/05/2025
DCF 202502	Serviços de Cobranças Presenciais e Eletrónicas_Lote 1	Concurso Público	CTT - Correios de Portugal, SA	52 260,00 €	15/05/2025
DCF 202502	Serviços de Cobranças Presenciais e Eletrónicas_Lote 2	Concurso Público	CTT - Correios de Portugal, SA	6 630,00 €	15/05/2025
DCF 202502	Serviços de Cobranças Presenciais e Eletrónicas_Lote 3	Concurso Público	CTT - Correios de Portugal, SA	37 147,50 €	15/05/2025
DEE 202508	Aquisição de Hidrofone	Consulta Prévia	sistemas - Produtos e Serviços Para Água e Ambiente Lda	13 600,00 €	23/05/2025
DEE 202510	Aquisição de viatura usada de cabine dupla e caixa de carga	Consulta Prévia	Locauto, Lda	21 544,72 €	23/05/2025
DEE 202513	Material Promocional	Ajuste Direto	Flashbay Electronics Europe Ltd	11 962,00 €	23/06/2025
DEE 202509	Rede de AA e AR de Paranhos da Beira - Fase 1 - Seia	Concurso Público	OPUALTE -Construções, S.A.	165 889,30 €	04/07/2025
DEE 202514	Fornecimento Contínuo de Combustíveis Rodoviários 2025/26	Concurso Público	Alves Bandeira & Cia, Lda.	98 570,00 €	04/07/2025
DCF 202505	Aquisição de Seguro - Saúde 2025/26	Concurso Público	General Seguros, SA	79 250,00 €	22/07/2025
DCF 202506	Renting Viaturas Usadas	Consulta Prévia	Visacar Aluguer Veiculos Motorizados S.A.	31.775,52 €	08/08/2025
DEE 202512	Goulinho PT2030	Concurso Público	Amadeu Gonçalves Cura & Filhos Lda.	461 050,86 €	12/08/2025
DEE 202516	Aquisição de duas carrinhas	Consulta Prévia	Visacar Aluguer Veiculos Motorizados S.A.	42 276,42 €	26/09/2025
DEE 202517	Manutenção Anual AIRC	Ajuste Direto	AIRC	11 593,00 €	17/11/2025
DEE 202519	Ponte Nova II	Concurso Público	Amadeu Gonçalves Cura e filhos, Lda	300 579,50 €	17/11/2025
DEE 202520	Vila Nova III	Concurso Público	Ascendetalento Unip, Lda	608 488,96 €	21/11/2025
DCF 202504	Consultoria IVA Pro Rata	Consulta Prévia	Lobo Carmona e Associados	74 000,00 €	04/12/2025
DCF 202507	Equipamentos Lojas Lote 1	Consulta Prévia	Officelan, Lda	29 613,40 €	09/12/2025
DCF 202507	Equipamentos Lojas Lote 2	Consulta Prévia	Inforestrela - Comércio de Maquinas de Escritório	21 287,00 €	09/12/2025
DEE 202522	PCQA 2026	Consulta Prévia	Luságua	62 182,05 €	12/12/2025
DEE 202523	Aluguer de Retro 2026	Consulta Prévia	Miguel Lopes, Unipessoal Lda	58 515,60 €	12/12/2025
DCF 202508	Seguros 2026 - Lote 1,2,3 e 4	Consulta Prévia	Fidelidade Companhia de Seguros, S.A.	47 663,92 €	16/12/2025
DCF 202508	Seguros 2026 - Lote 5	Consulta Prévia	General Seguros, SA	12 894,76 €	16/12/2025
DCF 202406	Telecomunicações	Consulta Prévia	Meo - Serviços de Comunicações e Multimédia S.A.	35 681,64 €	22/12/2025

## DIREÇÃO DE ENGENHARIA E EXPLORAÇÃO

Durante o ano de 2025, a Direção de Engenharia e Exploração assegurou, com elevado rigor técnico e sentido de serviço público, a execução das suas competências orgânicas, garantindo a operacionalidade e continuidade dos sistemas de abastecimento e saneamento sob sua responsabilidade. Não obstante a inexistência de objetivos estratégicos formalmente definidos para este período, a Direção orientou a sua ação de forma estruturada, sistemática e articulada, promovendo a prossecução das funções essenciais ao bom funcionamento dos serviços.

No domínio da Operação e Manutenção de Abastecimento de Água, foi garantida a execução dos programas de operação e manutenção das redes de adução e distribuição de água, bem como a manutenção corrente de condutas adutoras, reservatórios e redes. Foram identificadas e registadas deficiências estruturais e operacionais, com posterior encaminhamento para análise técnica e eventual intervenção. Foram realizadas intervenções por administração direta, com especial destaque para a construção de novos ramais de ligação, a par da reabilitação de troços da rede, uma das principais evoluções do serviço operacional em 2025.

A articulação com os serviços comerciais permitiu dar resposta a cortes e reposições de fornecimento, instalação e substituição de contadores, assegurando a continuidade da relação com o utilizador final. Em estreita cooperação com o serviço de Eficiência, foram também apoiadas ações de deteção de perdas físicas e não físicas, assim como de consumos ilícitos. A recolha de dados técnicos para o Sistema de Informação Geográfica foi assegurada de forma contínua, contribuindo para a atualização do cadastro das infraestruturas.

No que respeita à Operação e Manutenção de Águas Residuais, procedeu-se à execução sistemática de ações de manutenção preventiva e corretiva das redes de drenagem e águas pluviais. Realizaram-se limpezas periódicas de coletores, sarjetas e sumidouros, e desenvolveram-se intervenções de reabilitação de redes e ramais, promovendo a separação sempre que tecnicamente viável.

A recolha e transmissão de dados para suporte à operação e ao cadastro técnico foi assegurada, contribuindo para a gestão eficiente das redes e para a identificação de infiltrações indevidas. Foram recebidas novas instalações e feito o seu respetivo arranque operacional, tendo sido necessário realizar algumas obras de correção aos projetos iniciais, alterações essas realizadas em articulação da unidade de planeamento e unidade operacional.

No âmbito do Controlo de Qualidade, manteve-se a monitorização contínua da qualidade da água destinada ao consumo humano, com verificação do cumprimento dos parâmetros legais e implementação de medidas corretivas em situações de não conformidade. Foi assegurado o acompanhamento técnico das Estações de Tratamento e Captação de Água, com avaliação das condições de funcionamento e de armazenamento. A Direção colaborou com entidades externas, garantindo a transmissão regular dos dados analíticos e a divulgação pública dos resultados. Notar a existência de três incumprimentos, ainda que não confirmados ou de responsabilidade direta da APdSE.

Assegurou a elaboração e análise de estudos e projetos de infraestruturas, a apreciação técnica de loteamentos e obras particulares, bem como a coordenação e fiscalização de obras públicas. Foi igualmente assegurado o acompanhamento topográfico e o apoio à gestão da segurança em obra, incluindo a validação dos Planos de Segurança e Saúde, em articulação com o serviço de Higiene e Segurança no Trabalho. Na área da Gestão Preventiva de Infraestruturas, foram planeadas e executadas ações de manutenção preventiva e corretiva do parque de viaturas, equipamentos mecânicos e eletromecânicos.

A Direção assegurou ainda o acompanhamento da condição física dos ativos estratégicos da empresa, como reservatórios, ETARs e estações elevatórias, apoiando a tomada de decisão sobre investimentos. Promoveu-se a adoção de boas práticas de gestão energética nas instalações e equipamentos, com ganhos em eficiência e sustentabilidade.

O Sistema de Informação Geográfica e as Tecnologias de Informação garantiram a atualização permanente do cadastro técnico, em articulação com os serviços operacionais, bem como o suporte técnico aos sistemas de informação, assegurando a operacionalidade das plataformas digitais, a segurança da informação, a salvaguarda de dados e o apoio aos utilizadores. Com um grande avanço de funcionalidade para a APdSE tendo em conta o início do processo de contratação de programa que permita a eficiente gestão do SIG.

Na eficiência deu seguimento às ações de deteção de perdas e consumos ilícitos, análise de medições e pressões na rede e identificação de caudais de infiltração indevidos. Foram ainda apresentadas propostas de normalização técnica de materiais e procedimentos, com foco na eficiência e na inovação.

Por fim, no eixo do Ambiente, a Direção colaborou na integração de critérios ambientais em procedimentos internos, promoveu práticas sustentáveis e contribuiu para o cumprimento de obrigações ambientais associadas à operação das infraestruturas. Assumindo a responsabilidade pela Comunicação institucional da APdSE, promoveu um conjunto de iniciativas orientadas para a sensibilização ambiental e a educação para o uso eficiente da água. Neste contexto, foram realizadas ações de formação e dinamização em estabelecimentos de ensino, dirigidas à comunidade escolar, com o objetivo de promover uma cultura de sustentabilidade desde os primeiros anos. Este tipo de ações reveste-se de particular importância estratégica, contribuindo não só para a valorização da imagem da empresa junto da população, mas também para a construção de uma cidadania ambiental mais ativa e consciente, essencial à gestão futura dos recursos hídricos.

A Direção de Engenharia e Exploração reafirma, assim, o seu papel estruturante na sustentação técnica e operacional da APdSE. Apesar da ausência de objetivos formais para o ano em análise, a Direção assegurou, com profissionalismo e eficácia, a prossecução das suas atribuições legais e regulamentares, consolidando uma abordagem técnica, preventiva e orientada para resultados. Esta atuação confirma a relevância e a robustez da Direção como pilar essencial na gestão integrada e sustentável dos sistemas de abastecimento e saneamento no território de atuação da empresa.

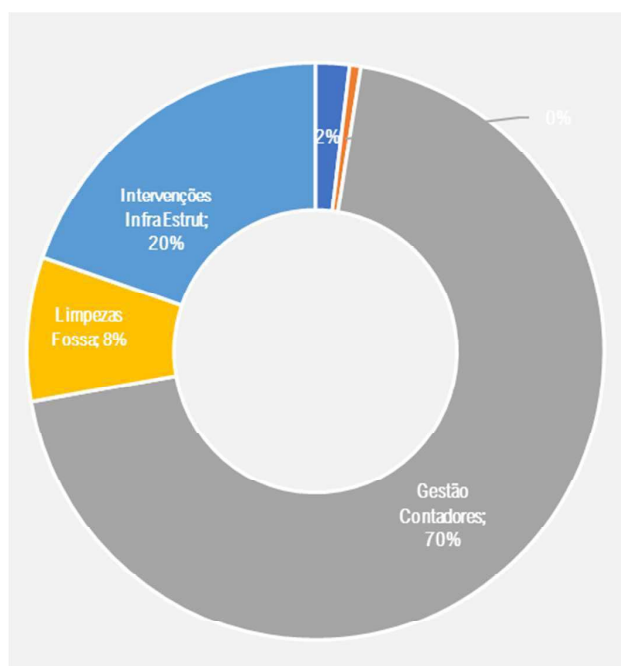
#### 1-Unidade Operação

Apresenta-se de seguida alguns quadros com informação geral da Direção de Engenharia e Exploração, no que respeita à Unidade de Operação.

Intervenções por tipologia	2025	2024
Coloc/Manut/Remoção Contadores	9 918	7 815
Intervenções Infra-Estruturas (Inclui roturas)	2 804	1 261
Construção/Modificação de Ramais de Água	270	307
Construção/Modificação de Ramais de Saneamento	89	132
Limpeza/manut fossas sépticas/Desobstrução	1 150	1 001
<b>Total Geral</b>	<b>14 231</b>	<b>10 516</b>

Da análise aos quadros, é de salientar que no ano de 2025 e 2024 todas as intervenções foram com equipas da APdSE. Destaca-se um aumento significativo de intervenções nas infraestruturas, resultante de um aumento substancial de roturas.

No que respeita a atividades com contadores, denota-se um aumento considerável de 2103 intervenções, em muito justificadas pela execução de interrupções por motivos imputáveis aos clientes, bem como ao plano de substituição de contadores e início dos trabalhos de instalação de telemetria residencial.



Em relação ao ano em análise, denota-se que a gestão de contadores continua, como é óbvio a ser a atividade com mais predominância (70%), justificado de certa medida pela dinâmica que se verifica nos concelhos, e pela substituição levada a cabo do parque de contadores, verificando-se ainda uma taxa de rotatividade de clientes ainda interessante.

As intervenções nas infraestruturas com 20% destaca-se como a atividade em número, mais importante, mas que é sem dúvida a principal, em horas de intervenção dedicadas a esta área. De salientar também o peso das limpezas de fossas executadas (8%), graças aos novos meios adquiridos.

Atividade	%/Total	Nº	Observações
Ramais AA	2%	270	Inclui Execução de Ramal de Água
Ramais SAR	1%	89	Inclui Execução de Ramal de Saneamento
Gestão Contadores	70%	9 918	Inclui Levantamento de Contador, Ligação de Contador de Água, Substituição de Contador, Verificação de contador
Limpezas Fossa	8%	1 150	Inclui Limpeza de Fossa - Cliente de água e geral
Intervenções Infra Estrut	20%	2 804	Inclui Roturas
<b>Total de Trabalhos</b>		<b>14 231</b>	



Apresenta-se de seguida alguns quadros com informação geral da Direção de Engenharia e Exploração.

Informações Gerais	2024	2025
Captações Próprias	100	100
Zonas de Abastecimento	60	60
População Total Abastecida	50977	50977
Volume Diário Abastecido	11714	11227
Captações de Água Comprada (AdLVT e CM AGN)	6	6
Tipo de Tratamento	Desinfeção e Correção de pH	Desinfeção e Correção de pH
Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR)	36	38

Além dos indicadores mais importantes do abastecimento de água, disponibilizamos também dados do saneamento de águas residuais.

Controlo de qualidade da água para consumo humano

De relevar que no período em análise o total de parâmetros analisados (4468), somente 5 (0,11 %) é que apresentaram inconformidades, demonstrando que os resultados de têm sido contínuos e longe vai o tempo onde na soma dos três municípios eram mais de 100 incumprimentos.

Análise Efetuadas no Período	2024	2025
Grupo de Controlo Analisados		
CR1	327	332
CR2	84	75
CI	63	61
Parâmetros Analisados	4941	4468
<b>Controlo Operacional</b>		
Grupo de Controlo Analisados		
Autocontrolo ao Afluente	79	123
Autocontrolo ao Efluente	194	265
Parâmetros Analisados	1927	2643

De relevar que no setor de abastecimento de água e no período em análise o total de parâmetros analisados nenhum releva para o indicador de água segura.

No saneamento, pela complexidade, pelas descargas indevidas de clientes e idade das infraestruturas, os bons resultados são mais difíceis de alcançar, contudo verifica-se uma diminuição substancial nos incumprimentos, cerca de 76%.

Incumprimentos	2024	2025
Nº de Parametros de Incumprimento	3	5
Parâmetros em incumprimento	Alfa-total (1), Cloratos (2)	Alfa-total (1), Cloratos* (1), Alumínio *(1), Manganês* (1) e Ferro (1)
Nº de Parâmetros de Incumprimento	391	93
Parâmetros em incumprimento	CQO(33), CBO <sub>5</sub> (43), SST(43), Azoto Amoniacal (120), Azoto Total(120), Fósforo Total(21)	CQO(2), CBO <sub>5</sub> (2), SST(2), Azoto Amoniacal (35), Azoto Total (49), Fósforo Total(3)

No ano de 2024, apenas se verificou 1 incumprimento detetado na água fornecida pela AdVT, sendo que em 2025 verificaram-se 3 incumprimentos.

Percentagem de Cumprimento	2024	2025
% em relação aos parametros analisados	99,94%	99,89%
% em relação aos parametros analisados	79,71%	96,48%

## 2-Unidade Planeamento e Projeto

No ano em análise foram dedicados ao encerramento das empreitadas e colocação em operação das obras financiadas pelo POSEUR

Foi também efetuado o acompanhamento técnico à submissão dos relatórios finais de todas as operações do POSEUR.

De salientar ainda a gestão da equipa de obra que iniciou funções no segundo semestre e já demonstra e evidencia obra feita.

De seguida apresenta-se algumas fotos das obras concluídas



EEAR S. Paio



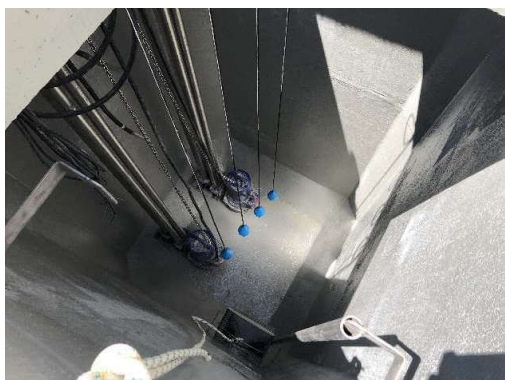
ETAR de Rio de Mel



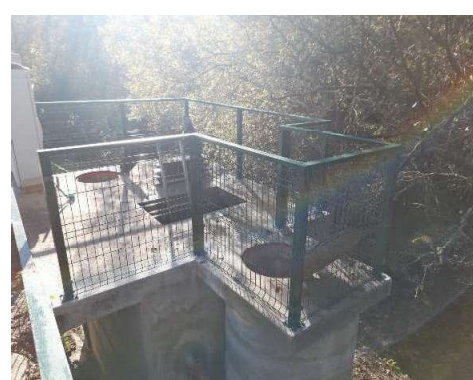
ETAR de Cide



ETAR de Felgueira Velha



EEAR Quinta Abrunheira



EEAR Sra do Desterro

## Lista de obras executadas com financiamento próprios

Descrição	Localidade - Concelho	Valor Acumulado 2025
Extensão de Rede no Bairro da Alegria de infraestruturas de águas residuais e de abastecimento de água	Lagares - OHP	22 829,67
Remodelação da rede de água e saneamento à ETAR do Arcozelo	Arcozelo - GVA	9 467,98
Remodelação de caixas de visita na Sobreda	Sobreda - OHP	4 595,00
Execução de infraestruturas da rede de abastecimento na canada da Formiga - Seixo da Beira	Seixo da Beira - OHP	10 486,77
Extensão de rede em Meruge	Meruge - OHP	5 512,56
Requalificação da rede de água em Galizes	Galizes - OHP	11 020,03
Reabilitação de caixas de visita na rede de drenagem de águas residuais em Paranhos da Beira	Paranhos - SEI	13 699,95
Obras ramal Saneamento Vale Maceira	Aldeia das Dez - OHP	4 401,87
Extensão de rede de Saneamento - Rua Pinhal Novo - Santiago	Santiago - SEI	5 872,68
AR - Rua dos Lanteiros	Quintela - SEI	18 183,45
AA/AR Av. 1º Maio e Bairro S. Lázaro	Gouveia - GVA	121 637,71
AR Junto Cemitério S. Romão	S. Romão - SEI	6 530,44
Estaleiro/Armazém de Seia	Seia	38 435,26
Estaleiro/Armazém de Oliveira do Hospital	Oliveira do Hospital	30 503,62
Estaleiro/Armazém de Gouveia	Gouveia	22 004,35
Prolongamento Água Moimenta	Moimenta - GVA	8 267,14
Prolongamento Rua Fandiga Loriga	Loriga - SEI	7 194,77
Saneamento Rua António Pereira Goudet	Moimenta - GVA	31 933,48
Ramais AA GVA 21/23	Gouveia	19 465,52
Ramais AA OH 21/23	Oliveira do Hospital	31 536,62
Ramais AA SEIA 21/23	Seia	64 172,15
Ramais AR GVA 21/23	Gouveia	16 327,29
Ramais AR OH 21/23	Oliveira do Hospital	15 159,99
Ramais AR Seia 21/23	Seia	35 710,07
Reabilitações rede AA GVA 21/23	Gouveia	24 217,79
Reabilitações rede AA OH 21/23	Oliveira do Hospital	38 010,21
Reabilitações rede AA SEIA 21/23	Seia	97 468,14
Reabilitações rede AR SEIA 21/23	Seia	16 715,40
Substituição da adutora na rua Caeiro da Maia - S. Paio Gramaços	S. Paio - OHP	13 815,07
Substituição rede aa e ramais Carreira Velha - Santa Marinha	Santa Marinha - SEI	28 065,08
Extensão de rede AR Lagares junto Complexo Desportivo	Lagares - OHP	10 080,06
Extensão de rede AA Lagares junto Complexo Desportivo	Lagares - OHP	13 524,46
Rede de AA rua Amoreira - Girabolhos	Girabolhos - SEI	23 082,36
Remodelação da Captação e Sistema Adutor da Gramaça	Aldeia das Dez - OHP	8 403,23
Novo troço da Adutora Quinta do Vale da Dona Clara	Nogueira Cravo - OHP	173 369,94
Grande reparação Reservatório Nabais	Nabais - GVA	15 413,64

Descrição	Localidade - Concelho	Valor Acumulado 2025
Instalação de rede WI FI lojas e armazéns		6 245,27
Execução e remodelação ramais AA GVA 24	Gouveia	59 907,69
Execução e remodelação ramais AA OH 24	Oliveira do Hospital	66 641,13
Execução e remodelação ramais AA SEI 24	Seia	63 173,22
EXECUÇÃO E REM. RAMAIS AR GVA 24	Seia	41 883,46
EXECUÇÃO E REM. RAMAIS AR OH 24	Oliveira do Hospital	48 205,83
EXECUÇÃO E REM. RAMAIS AR SEIA 24	Seia	44 793,17
REDE AA ZAMBUJEIRO TRAVANCA LAGOS	Oliveira do Hospital	43 839,20
REDE AR ZAMBUJEIRO TRAVANCA LAGOS	Oliveira do Hospital	49 251,86
Instalação de Caudalímetros em Reservatórios GVA	Gouveia	20 292,14
Instalação de Caudalímetros em Reservatórios OH	Oliveira do Hospital	11 068,44
Instalação de Caudalímetros em Reservatórios SEI	Seia	27 671,10
Renov. Reab Sub. AA -GVA 24	Gouveia	48 729,40
Renov. Reab Sub. AA -OH 24	Oliveira do Hospital	50 858,31
Renov. Reab Sub. AA - SEI 24	Seia	63 653,60
Renov. Reab Sub. AR GVA - 24	Gouveia	24 883,74
Renov. Reab Sub. AR OH - 24	Oliveira do Hospital	25 346,33
Renov. Reab Sub. AR SEI - 24	Seia	25 066,73
REABIL AA NA AV. JORGE CORREIA -SAZES SEI	Seia	36 335,11
REABIL AR NA AV. JORGE CORREIA -SAZES SEI	Seia	15 572,19
EXTENSÃO AA VINHÓ - RUA FRANCISCO SOUSA/QUINTA CARVALHA	Gouveia	31 953,86
POÇO DE BOMBAGEM DA ETAR BARRIOSA	Oliveira do Hospital	6 730,29
Ramais de Água SEIA 2025	Seia	89 313,65
Ramais de Água GVA 2025	Gouveia	48 059,32
Ramais de Água OH 2025	Oliveira do Hospital	58 423,11
Ramais Saneamento Seia 2025	Seia	73 027,16
Ramais Saneamento OH 2025	Oliveira do Hospital	66 951,65
Ramais Saneamento GVA 2025	Gouveia	54 719,09
Reabilitações Rede AA OH 2025	Oliveira do Hospital	82 982,28
Reabilitações Rede Drenagem AR OH 2025	Oliveira do Hospital	56 173,99
Reabilitações Rede AA SEIA 2025	Seia	88 794,42
Reabilitações Rede Drenagem AR SEIA 2025	Seia	76 474,91
Reabilitações Rede AA GVA 2025	Gouveia	77 134,71
Reabilitações Rede Drenagem AR GVA 2025	Gouveia	63 150,74

Descrição	Localidade - Concelho	Valor Acumulado 2025
Ext. AR - R. Vala - Gavinhos OH	Oliveira do Hospital	25 052,56
Ext. Rede de Água Pomba - Lourosa OH	Oliveira do Hospital	72 704,57
Ext. AA - Esc. Abranches F - EM 522 - SEIA	Seia	37 983,56
Ext. AA - Paços Serra - GVA	Gouveia	3 432,00
Ext. AR - Paços Serra - GVA	Gouveia	19 006,08
Ext. AA - R. Gimnodesp., a Qta. Pimpão Ribamondego - GVA	Gouveia	40 567,41
Reab.. AA - B. Sta. Cruz - Quintela - Seia	Seia	38 781,00
Reab. AR - B. Sta. Cruz - Quintela - Seia	Seia	3 652,07
Ext. AA - Transv. Variante Sra. Estrela - Seixo - OH	Oliveira do Hospital	19 443,91
Rep. Depós. Póvoa V. - Seia	Seia	12 331,86
Subs. AA - R. Liberd. a R. D. J. M. Arrais - Seia	Seia	55 754,08
Subs. AR - R. Liberdade - Seia	Seia	40 373,65
Renov. Sistema Drenagem da Zona Industrial de Oliveira do Hospital	Oliveira do Hospital	272 860,37
<b>Total</b>		<b>3 306 363,97</b>

A APdSE está a preparar o acesso a fundos comunitários no âmbito do PT 2030, estando a ultimar uma primeira fase de projetos para laçar em obra. Os critérios terão por base a melhoria do serviço ao cliente, através do aumento da qualidade, da quantidade, da continuidade, de custo razoáveis e do controlo operacional.



# CONTAS 2025

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



## BALANÇO INDIVIDUAL

EM 31 DEZEMBRO DE 2025

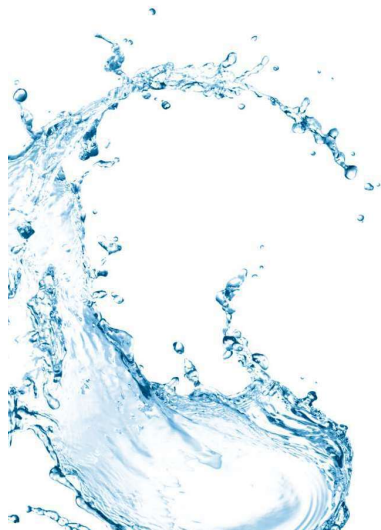
	NOTAS	31/dez/25	31/dez/24
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	6	15 048 287,12 €	13 374 574,82 €
Ativos intangíveis	7	62 366,10 €	54 846,30 €
Outros Investimentos Financeiros	9	3 226,23 €	3 226,23 €
Ativos por impostos diferidos	10	95 254,05 €	84 812,23 €
<b>Subtotal</b>		<b>15 209 133,50 €</b>	<b>13 517 459,58 €</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	11	119 022,48 €	109 219,87 €
Clientes	12	970 087,79 €	904 931,97 €
Estado e outros entes públicos	13	409,12 €	7 085,75 €
Outras contas a receber	14	1 463 329,20 €	1 453 106,31 €
Diferimentos	15	6 722,43 €	7 129,88 €
Caixa e depósitos bancários	4	47 564,56 €	164 947,42 €
<b>Subtotal</b>		<b>2 609 135,58 €</b>	<b>2 646 421,20 €</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>17 818 269,08 €</b>	<b>16 163 880,78 €</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital Próprio</b>			
Capital Realizado	16	6 150 000,00 €	6 150 000,00 €
Reservas legais	3.1.10	6 613,72 €	5 760,77 €
Resultados transitados	16	16 787,52 €	581,52 €
Excedentes de revalorização	3.1.11	66 142,67 €	64 996,89 €
Outras variações de capital próprio	3.1.18	2 354 340,01 €	2 432 362,46 €
<b>Subtotal</b>		<b>8 593 883,92 €</b>	<b>8 653 701,64 €</b>
Resultado líquido do exercício	32.1	- 38 124,75 €	17 058,95 €
<b>Total do Capital Próprio</b>		<b>8 555 759,17 €</b>	<b>8 670 760,59 €</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Financiamentos obtidos	17	4 180 725,40 €	3 192 014,07 €
Passivo por impostos diferidos	18	636 090,72 €	670 275,36 €
<b>Subtotal</b>		<b>4 816 816,12 €</b>	<b>3 862 289,43 €</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	20	1 030 411,73 €	921 144,76 €
Estado e outros entes públicos	13	55 595,46 €	80 390,13 €
Financiamentos obtidos	17	1 729 239,94 €	1 215 519,23 €
Outras contas a pagar	19	1 630 446,66 €	1 413 776,64 €
Diferimentos		- €	- €
<b>Subtotal</b>		<b>4 445 693,79 €</b>	<b>3 630 830,76 €</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>9 262 509,91 €</b>	<b>7 493 120,19 €</b>
<b>Total do Capital Próprio e Passivo</b>		<b>17 818 269,08 €</b>	<b>16 163 880,78 €</b>



## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

EM 31 DEZEMBRO DE 2025

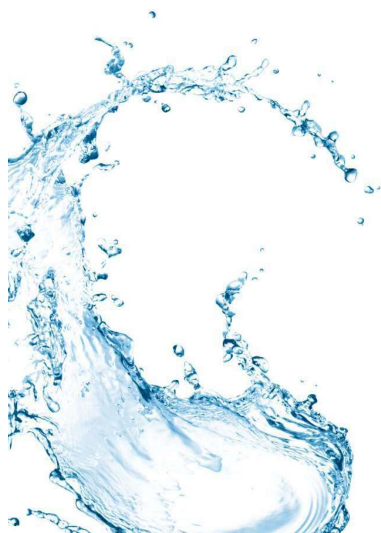
Código de Contas		NOTAS	31/dez/25	31/dez/24
Pos	Neg			
71/72		21	8 410 715,75 €	7 770 693,62 €
75		22	144 638,32 €	27 560,46 €
785+792	685			- €
73				- €
74		3,1,15	1 262 448,16 €	1 006 031,79 €
	61	11,3	- 2 755 883,01 €	- 2 501 667,41 €
	62	23	- 3 848 007,73 €	- 3 704 792,08 €
	63	24	- 2 316 640,49 €	- 1 892 609,88 €
7622	652			- €
7621	651	8	- 43 457,59 €	- 43 018,25 €
763	67			- €
7623...	653+...			- €
77	66			- €
78-785...		25	276 638,17 €	826 175,04 €
	68-685...	26	- 283 015,47 €	- 647 983,36 €
			<b>847 436,11 €</b>	<b>840 389,93 €</b>
761	64	6,2	- 746 274,40 €	- 656 902,81 €
7625/6	655/6			- €
			<b>101 161,71 €</b>	<b>183 487,12 €</b>
79		25	7 581,36 €	7 589,74 €
	69	27	- 157 309,64 €	- 169 718,49 €
86			<b>- 48 566,57 €</b>	<b>21 358,37 €</b>
812		28	10 441,82 €	4 299,42 €
		32,1	<b>- 38 124,75 €</b>	<b>17 058,95 €</b>



A ÁGUAS PÚBLICAS DA SERRA DA ESTRELA, EIM, S.A., no período económico findo em 31 de dezembro de 2025 alcançou o Resultado Líquido de -38.124,75 euros.

Tomando em consideração a situação económico-financeira da Empresa, a Administração propõe sua aplicação de acordo com o seguinte:

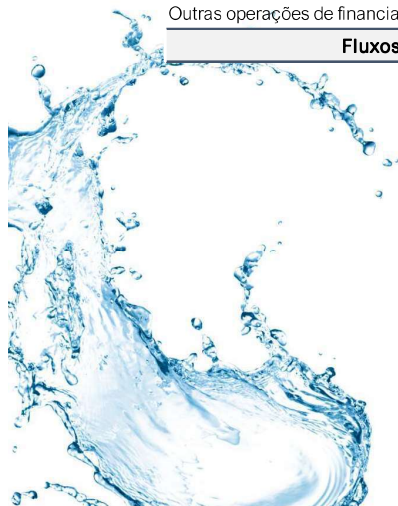
	Exercício 2025	Exercício 2024
Reservas Legais	0,00	852,95
Resultados Transitados	-38 124,75	16 206,00
<b>Total APdSE</b>	<b>-38 124,75</b>	<b>17 058,95</b>



## DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

EM 31 DEZEMBRO DE 2025

Rúbricas		31/dez/25	31/dez/24
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</b>			
Recebimentos de clientes	12	-8 236 935,24	-7 928 910,84
Pagamento a fornecedores	20	9 861 196,27	9 614 361,16
Pagamento ao pessoal	24	2 199 257,63	1 556 036,91
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>3 823 518,66</b>	<b>3 241 487,23</b>
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		-1 164,80	-4 516,58
Outros recebimentos/ pagamentos	19, 14	-1 361 560,38	-1 837 456,18
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>		<b>2 460 793,48</b>	<b>1 399 514,47</b>
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	6	4 376 625,91	4 859 141,53
Ativos intangíveis	7	37 212,70	13 236,25
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis	6	-482 958,51	-363 216,30
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares	25	-7 581,36	-7 639,84
Dividendos			
<b>Fluxos de caixa das atividades investimento (2)</b>		<b>3 923 298,74</b>	<b>4 501 521,64</b>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	17	11 105 420,60	11 706 006,12
Realizações de capital e outros instrumentos capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	17	-9 602 988,56	-8 418 865,12
Juros e gastos similares	27	-157 309,64	-169 718,49
Dividendos			
Reduções de capital e outros instrumentos capital próprio			
Outras operações de financiamento			
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>		<b>1 345 122,40</b>	<b>3 117 422,51</b>
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		<b>-117 382,86</b>	<b>15 415,34</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	<b>164 947,42</b>	<b>149 532,08</b>
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	<b>47 564,56</b>	<b>164 947,42</b>



## DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

EM 31 DEZEMBRO DE 2025

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO									
Descrição	Notas	Capital Realizado	Reservas		Excedentes de revalorização	Resultados Transitados	Outras Variações de CP	Res. Líquido do Período	Total do Capital Próprio
			Reservas Legais	Outras Reservas					
<b>Posição no início do período N-1</b>	<b>1</b>	<b>6 150 000,00</b>	<b>5 760,77</b>	<b>0,00</b>	<b>64 996,89</b>	<b>581,52</b>	<b>2 432 362,46</b>	<b>17 068,95</b>	<b>8 670 760,69</b>
<b>Alterações no Período</b>		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
> Alterações de Políticas Contabilísticas									0,00
> Diferenças de conversão de Demonstrações Financeiras									0,00
> Realização do excedente de reval. de ativos fixos tangíveis e intangíveis									0,00
> Excedentes de revalorização de ativos fixos tang. e intang. e respetivas variações					1 145,78				1 145,78
> Ajustamentos por impostos diferidos									0,00
> Outras alterações reconhecidas de Capital Próprio			852,95	0,00		16 206,00	-78 022,45	-17 048,95	-78 012,45
<b>2</b>		<b>0,00</b>	<b>852,95</b>	<b>0,00</b>	<b>1 145,78</b>	<b>16 206,00</b>	<b>-78 022,45</b>	<b>-17 048,95</b>	<b>-76 866,67</b>
<b>Resultado Líquido do Período</b>	<b>3</b>							<b>-38 124,75</b>	<b>0,00</b>
<b>Resultado Integral</b>	<b>4=2+3</b>							<b>-55 173,70</b>	<b>0,00</b>
<b>Operações com Detentores de Capital no Período</b>		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
> Realizações de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
> Realizações de prémios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
> Distribuições		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
> Entradas para a cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
> Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>5</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Posição no fim do período</b>	<b>6=1+2+3+5</b>	<b>6 150 000,00</b>	<b>6 613,72</b>	<b>0,00</b>	<b>66 142,67</b>	<b>16 787,52</b>	<b>2 354 340,01</b>	<b>-38 124,75</b>	<b>8 555 759,17</b>

As alterações ao Capital Próprio, demonstra o aumento de valor das participações dos Municípios, que começaram nos 6.150.000,00 € e que se cifram agora em 8.555.759,17 €.



## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

### 1. Identificação da entidade

A ÁGUAS PÚBLICAS DA SERRA DA ESTRELA, EIM, S.A. foi constituída em 2020 e tem a sua sede na Praceta os Doze de Inglaterra, n.º 11, em Seia. É uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, com o capital social de 6.150.000,00 euros, dividido em seiscentos e quinze mil ações nominativas. A empresa tem como atividade principal a exploração e gestão de sistemas de abastecimento e distribuição de águas para consumo público e saneamento, recolha de resíduos sólidos e operação e manutenção de sistemas de águas pluviais dos municípios participantes no seu capital social.

As notas explicativas a seguir apresentadas respeitam às demonstrações financeiras individuais. As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a empresa opera, logo a moeda funcional.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 20 de março de 2025. A administração garante que as demonstrações financeiras refletem de forma fidedigna as operações da sociedade, bem como a sua posição, performance financeira e fluxos de caixa.

### 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

#### 2.1. Indicação do referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras da ÁGUAS PÚBLICAS DA SERRA DA ESTRELA, EIM, S.A., foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 298/2015 de 2 junho;
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso n.º 8254/2015, 29 de julho (Estrutura Conceptual);
- Aviso n.º 8256/2015, 29 de julho (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de Contas).

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da empresa, foram utilizadas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"), antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sem prejuízo do recurso supletivo às Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho, e ainda às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo International Accounting Standard Board e respetivas interpretações (SIC-IFRIC), sempre que o SNC não contemple aspetos particulares das transações realizadas e dos fluxos ou situações em que a Empresa se encontre envolvida

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Empresa e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no artigo 1º, da Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, designadamente o balanço individual, a demonstração individual dos resultados por naturezas, a demonstração individual das alterações no capital próprio, a demonstração individual de fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em cêntimo de Euros.

2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

### 2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2025, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do Sistema de Normalização Contabilística.

Decorrente das condições e alterações do mercado, poderá ser, ou não, necessário efetuar novos investimento e/ou contratar novos colaboradores, não sendo possível, à data do presente relatório, determinar com fiabilidade as necessidades operacionais da Empresa para o futuro.

Não se preveem alterações relevantes ao nível da mensuração dos seus ativos / passivos. A Administração da Entidade considera que esta situação não colocará em causa a continuidade das suas operações nem os seus compromissos financeiros assumidos.

## 3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as descritas seguidamente. Estas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

### 3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

#### 3.1.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

A vida útil média estimada para cada classe dos ativos fixos tangíveis é a seguinte:

#### Anos de vida útil

Edifícios e outras construções	20 – 30
Equipamento básico	4 – 8
Equipamento de transporte	3 – 7
Ferramentas e utensílios	3 – 7
Equipamento administrativo	2 – 10
Outros ativos fixos tangíveis	1 – 4



### 3.1.2. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis com vida útil definida, que compreendem somente software, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de quaisquer perdas por imparidade acumuladas (modelo de custo), tendo por base o referido na nota 3.1.1.

Estes ativos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso, pelo método da linha reta de uma forma consistente, durante um período de 3 anos, decorrente da aplicação das taxas de amortização correspondentes aos anos de vida útil.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a empresa, sejam por ela controláveis e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

Os dispêndios com desenvolvimento para os quais a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e relativamente aos quais seja provável que o ativo venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizados. Os dispêndios com pesquisa e desenvolvimento que não cumpram os critérios referidos são registados como gastos do período em que são incorridos.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou retirada dos ativos intangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

### 3.1.3. Clientes e outros créditos a receber

Estes instrumentos financeiros incluídos na NCRF n.º 27, sempre que aplicável, são mensurados inicialmente ao custo amortizado, utilizado o método da taxa de juro efetiva (ou ao seu custo nominal caso não diferia materialmente do custo amortizado) menos qualquer perda por imparidade.

As dívidas de terceiros são registadas ao custo ou custo amortizado (usando o método do juro efetivo) e representadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidades, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

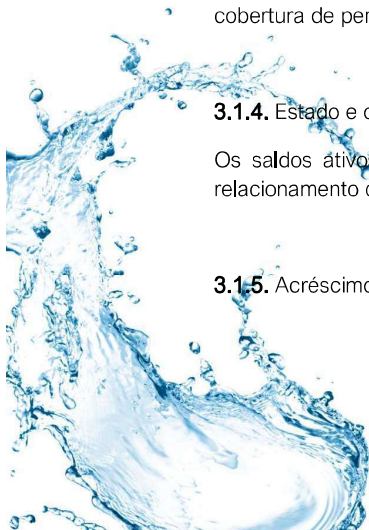
As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente/outros créditos a receber está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como a informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos. No caso de disponibilidade de informação judicial que comprove a existência de ameaças à continuidade das operações do devedor ou à capacidade de satisfazer os seus compromissos ou ainda, a partir do momento em que a empresa tenha em curso ação judicial com vista à cobrança dos seus créditos, são reconhecidas perdas por imparidade correspondentes à totalidade do crédito, deduzido eventualmente, do valor do imposto sobre o valor acrescentado a recuperar e do montante coberto por seguro de crédito, se existir.

As perdas por imparidade são ajustadas em função da evolução das contas correntes, designadamente no que respeita ao detalhe das operações que a integram, sendo que os reforços são reconhecidos como gastos do período, as reversões, decorrentes da cessação total ao parcial do risco, nos rendimentos e as utilizações, para cobertura de perda efetiva do crédito, deduzidas diretamente nas contas correntes.

### 3.1.4. Estado e outros entes públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor. Em face do relacionamento com esta entidade, não é expectável a existência de perdas por imparidade nesta rubrica.

### 3.1.5. Acréscimos e diferimentos



Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas "Outros créditos a receber" e "Outras dívidas a pagar" ou "Diferimentos (ativos ou passivos)".

### 3.1.6. Caixa e depósitos bancários

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses.

Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "Passivo corrente".

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Empresa classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamentos de dividendos.

### 3.1.7 Inventários

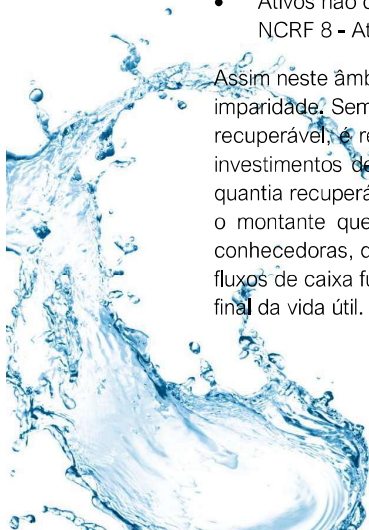
As mercadorias e matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio como método de custeio.

### 3.1.8. Imparidade de ativos

A NCRF 12 — Imparidade de ativos deve ser aplicada no âmbito da contabilização da imparidade de todos os ativos, com exceção:

- Inventários (ver a NCRF 18 - Inventários);
- Ativos provenientes de contratos de construção (ver a NCRF 19 Contratos de Construção);
- Ativos por impostos diferidos (ver a NCRF 25 - Impostos sobre o Rendimento);
- Ativos por benefícios de empregados (ver a NCRF 28 - Benefícios dos Empregados);
- Ativos financeiros que estejam no âmbito da NCRF 27 - Instrumentos Financeiros;
- Propriedades de investimento que sejam mensuradas pelo justo valor (ver a NCRF 11 Propriedades de Investimento);
- Ativos biológicos relacionados com a atividade agrícola que sejam mensurados pelo justo valor menos os custos de alienação (ver a NCRF 17 - Agricultura); ou
- Ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda de acordo com a NCRF 8 - Ativos não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas.

Assim neste âmbito, a empresa avalia, à data do balanço, se há algum indício de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica "Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis" ou "Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis". A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil.



A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o gasto com amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a vida útil.

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma nova avaliação de imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

### 3.1.9. Capital subscrito

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC), o contrato de sociedade da Empresa deve indicar, especialmente, o seu capital o valor nominal de cada título (ação) e os seus respetivos titulares.

As ações são classificadas em capital próprio.

### 3.1.10. Reserva legal

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social (art.º 296 do CSC).

### 3.1.11. Outras reservas

Esta rubrica inclui reservas de reavaliação efetuadas nos termos do anterior referencial contabilístico e as efetuadas na data de transição, líquidas dos correspondentes impostos diferidos, e que não são apresentadas na rubrica Excedentes de Revalorização pelo facto de a entidade ter adotado o método do custo considerado na data de conversão para o SNC.

Acresce que, as reservas de reavaliação efetuadas ao abrigo de diplomas legais, de acordo com tais diplomas, só estão disponíveis para aumentar capital ou cobrir prejuízos incorridos até à data a que se reporta a reavaliação e apenas depois de realizadas (pelo uso ou pela venda).

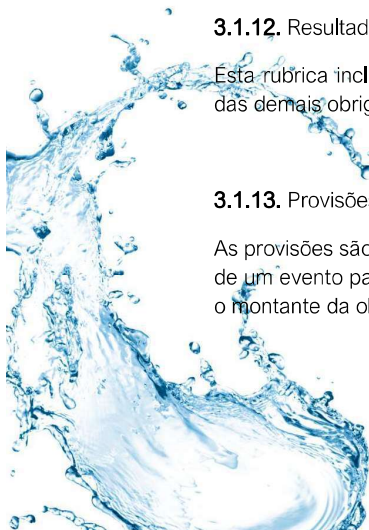
As reservas de reavaliação não são atribuíveis aos Acionistas.

### 3.1.12. Resultados transitados

Esta rubrica inclui os resultados realizados disponíveis para distribuição aos acionistas, após o cumprimento das demais obrigações impostas pelo CSC.

### 3.1.13. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.



As provisões são revistas na data do balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para fazer face a custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela Empresa como: obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidos porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. A Empresa não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

#### 3.1.14. Fornecedores e outras dívidas a pagar

Estes instrumentos financeiros incluídos na NCRF n.º 27, sempre que aplicável, são mensurados inicialmente ao custo amortizado, utilizado o método da taxa de juro efetiva ou ao custo nominal caso não diferia materialmente do custo amortizado.

#### 3.1.15. Rédito

O rédito relativo a vendas, prestações de serviços e dividendos, decorrentes da atividade ordinária da Empresa, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas.

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido na demonstração dos resultados quando (i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com o grau geralmente associado com a posse ou controlo efetivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a Empresa e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Em termos de prestação de serviços, o rédito associado é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação (método de percentagem de acabamento) à data do balanço, se o desfecho puder ser estimado com fiabilidade. Se isso não acontecer, mas se os custos incorridos forem recuperáveis, o rédito só é reconhecido na medida dos gastos já incorridos e reconhecidos, de acordo com o método do lucro nulo. Se o desfecho não poder ser estimado e se os custos não forem recuperáveis, não há qualquer rédito a reconhecer e os gastos não podem ser diferidos. No caso das prestações de serviços continuadas, o valor do rédito é reconhecido numa base de linha reta.

Os trabalhos para a própria entidade, refletem os trabalhos que beneficiem ou promovam a construção de ativos fixos tangíveis, que são valorizados pelo custo das matérias consumidas, dos valores hora/homem, hora/máquina (equipamento), e outros necessários à execução da obra em causa.

Os dividendos são reconhecidos como ganho na demonstração dos resultados do período em que é decidida a sua atribuição.

#### 3.1.16. Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais

decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, as férias e subsídio de férias do ano de 2025 a que os trabalhadores têm direito em função do trabalho realizado nesse ano, devem ser liquidadas a partir de 1 de janeiro de 2026, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo no ano de 2025.

### 3.1.17. Imposto sobre o rendimento do período

A empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa reduzida de 12,5%, aplicável até 25.000,00€ (benefício à interioridade) de matéria coletável e geral de 21% para valores excedentes de matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurada, acresce ainda a Derrama Municipal, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,2% bem como a tributação autónoma sobre os encargos às taxas previstas no artigo 88º do Código de IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente e quaisquer outros ajustamentos fiscais. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, de acordo com o prazo de caducidade previsto no artigo 45º da LGT, exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

A ÁGUAS PÚBLICAS DA SERRA DA ESTRELA, EIM, S.A. procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 - Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra as quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação se baseia no plano de negócios da empresa, periodicamente revisto e atualizado.

### 3.1.18. Subsídios

A Empresa reconhece os subsídios do Estado Português, da União Europeia ou organismos semelhantes pelo seu valor nominal quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, e não na base do seu recebimento. Os subsídios ao investimento não reembolsáveis são reconhecidos inicialmente na rubrica de capital próprio "Outras variações no capital próprio", sendo subsequentemente creditados na demonstração dos resultados numa base pro-rata da depreciação dos ativos a que estão associados. Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados.

### 3.1.19. Locações

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizadas reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.



### 3.1.20. Financiamentos Obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo. Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, designadamente comissões bancárias ou imposto do selo, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do exercício ao longo do período de vida desses financiamentos.

### 3.1.21. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos") são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

### 3.2. Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF, o Conselho de Administração da Empresa utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relacionadas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras individuais do período findo em 31 de dezembro de 2025 incluem:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, nomeadamente terrenos e edifícios, e ativos intangíveis;
- Projeções futuras, tendo por base, fundamentar o adequado reconhecimento de ativos por impostos diferidos;
- Estimativa para férias e subsídio de férias e respetivos encargos;
- Provisões
- Acréscimos e diferimentos
- Análise de imparidades das contas a receber

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a estas estimativas que venham a ocorrer posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva.

### 3.3. Principais pressupostos relativos ao futuro

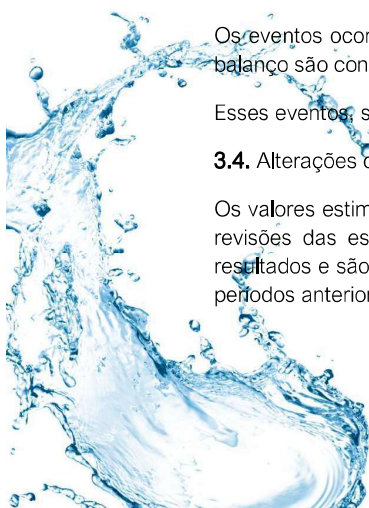
As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período.

Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

### 3.4. Alterações de políticas, estimativas e erros fundamentais

Os valores estimados referentes aos ativos e passivos são baseados nas últimas informações disponíveis: As revisões das estimativas em exercícios seguintes não são consideradas um erro. São reconhecidas em resultados e são objeto da divulgação adequada à sua materialidade. De acordo com a NCRF 4, os erros de períodos anteriores são omissões e declarações incorretas nas demonstrações financeiras da entidade de um



ou mais períodos anteriores decorrentes da falta de uso, ou uso incorreto, de informação fiável que estava disponível quando as demonstrações financeiras desses períodos foram autorizadas para emissão e que se poderia razoavelmente esperar que tivesse sido obtida, e tomada em consideração na preparação e apresentação dessas demonstrações financeiras. Tais erros incluem os efeitos de erros matemáticos, erros na aplicação de políticas contabilísticas, descuidos ou interpretações incorretas de factos e fraudes. No exercício corrente não foram revistas estimativas nem detetados erros materiais.

#### 4. Fluxos de caixa

##### 4.1. Comentário da administração sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Não existem saldos de caixa e seus equivalentes indisponíveis ou restritos para uso.

##### 4.2. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários, e equivalente de caixa

Fim do período de 2025 a rubrica caixa e depósitos bancários, apresentavam os seguintes saldos:

Descrição	2025
Numerário (Caixa)	2 505,77
Depósitos à ordem	45 058,79
Outros valores Caixa	0,00
Depósitos a Prazo	0,00
<b>Total</b>	<b>47 564,56</b>

#### 5. Partes relacionadas

##### 5.1. Relacionamentos com empresas-mãe

a) Durante o ano de 2025 existiram relacionamentos com as empresas – mãe (Município de Seia, Município de Oliveira do Hospital e Município de Gouveia).

As transações com as empresas-mãe em 2025 e com estas na ótica de fornecedor através de prestações de serviços de apoio técnico e operacional, bem como a gestão de cobranças dos Resíduos Sólidos Urbanos, como receita dos Municípios. Na ótica de cliente resultam de valores faturados em 2025 de tarifários de coesão social, convergência, social e numerosas, bem como de consumos próprios e encargos de cobrança de RSU.

##### Transações com os acionistas

Acionista	Cliente	Fornecedor
Município de Seia	560 500,07	1 123 471,31
Município de Oliveira do Hospital	541 077,48	779 602,84
Município de Gouveia	450 132,10	456 181,49
<b>Total APdSE</b>	<b>1 551 709,65</b>	<b>2 359 255,64</b>

b) Evidencia-se a evolução dos valores em dívida de e a favor das empresas – mãe (Município de Seia, Município de Oliveira do Hospital e Município de Gouveia).

**Saldos de contas a receber em 31 de dezembro**

Valor em dívida no fim de exercício Cliente	31/12/2025	31/12/2024
Município de Seia	16 238,92	24 724,97
Município de Oliveira do Hospital	18 638,09	20 380,99
Município de Gouveia	10 168,48	14 357,93
<b>Total APdSE</b>	<b>45 045,49</b>	<b>59 463,89</b>

**Saldos de contas a pagar em 31 de dezembro**

Valor em dívida no fim de exercício Fornecedor	31/12/2025	31/12/2024
Município de Seia	200 289,36	70 106,91
Município de Oliveira do Hospital	66 375,75	129 128,54
Município de Gouveia	38 143,31	39 408,17
<b>Total APdSE</b>	<b>304 808,42</b>	<b>238 643,62</b>

**5.2. Remunerações da pessoal chave da gestão (membros de órgãos de administração)****a) Remuneração do Conselho de Administração:**

O Conselho de Administração não é remunerado.

**5.3. Identificação e quantificação, de entre as transações divulgadas em 5.1 das transações feitas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações em que não existe relacionamento entre as partes**

A Empresa teve transações com entidades relacionadas, pelo que nas operações efetuadas entre a Empresa e qualquer outra entidade, sujeita ou não a IRC, com a qual esteja em situação de relações especiais, são contratados, aceites e praticados termos ou condições substancialmente idênticas aos que normalmente seriam contratadas, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

**6. Ativos fixos tangíveis****6.1. Divulgações sobre ativos fixos tangíveis**

**a)** A base de mensuração usada para determinar a quantia escriturada bruta são o modelo do custo e o modelo de revalorização. De notar que o modelo de revalorização aplica-se aos ativos constantes nas rubricas "Edifícios e outras construções".

**b)** O método de depreciação usado na depreciação dos bens é o método da linha reta.

**c)** As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

**Anos de vida útil**

Edifícios e outras construções	20 - 30
Equipamento básico	4 - 8
Equipamento de transporte	3 - 7
Ferramentas e utensílios	3 - 7
Equipamento administrativo	2 - 10
Outros ativos fixos tangíveis	1 - 4



d) O valor constante nas rubricas de "Edifícios e Outras Construções" dizem respeito a realização do capital social em espécie, através da transferência para a sociedade dos bens municípios que estavam afetos à atividade de abastecimento e distribuição de águas e saneamento, bem como os investimentos entretanto realizados.

f) Quantia escriturada bruta, depreciação acumulada e reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, revalorizações, as alienações, os ativos classificados como detidos para venda, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações:

Descrição		Edifícios e outras construções		Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Equipamento Administrativo	Ferramentas e Utensílios	Ativos Fixos Tangíveis em Curso	Totais
		Terrenos	Edifícios						
Em 01/01/2024	<b>Quantias Escrituradas</b>	<b>5 290,00</b>	<b>9 023 790,00</b>	<b>253 709,14</b>	<b>903 642,17</b>	<b>78 965,28</b>	<b>71 057,90</b>	<b>3 309 233,41</b>	<b>13 645 687,90</b>
	<b>Deprec. perdas por imparidade acumuladas</b>	<b>0,00</b>	<b>930 777,41</b>	<b>7 269,15</b>	<b>100 906,01</b>	<b>53 815,32</b>	<b>15 644,37</b>	<b>0,00</b>	<b>1 108 412,26</b>
	<b>Quantias líquidas escrituradas</b>	<b>5 290,00</b>	<b>8 093 012,59</b>	<b>246 439,99</b>	<b>802 736,16</b>	<b>25 149,96</b>	<b>55 413,53</b>	<b>3 309 233,41</b>	<b>12 537 275,64</b>
Adições	8 464,00	0,00	6 245,27	96 329,12	2 335,16	10 352,91	1 716 944,56	1 840 671,02	
Revalorizações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências	0,00	4 735 415,07	0,00	0,00	0,00	0,00	-4 735 415,07	0,00	
Reclassificações para ativos não correntes detidos para venda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alienações, Sinistros e Abates	0,00	375 209,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	375 209,32	
Outras Alterações	0,00	11 993,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11 993,02	
Depreciações	0,00	484 099,00	25 701,00	111 652,72	11 939,66	6 763,16	0,00	640 155,54	
Perdas por Imparidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Em 31/12/2024	<b>Quantias Escrituradas</b>	<b>13 754,00</b>	<b>13 383 995,75</b>	<b>259 954,41</b>	<b>999 971,29</b>	<b>81 300,44</b>	<b>81 410,81</b>	<b>290 762,90</b>	<b>15 111 149,60</b>
	<b>Deprec. perdas por imparidade acumuladas</b>	<b>0,00</b>	<b>1 402 883,39</b>	<b>32 970,15</b>	<b>212 558,73</b>	<b>65 754,98</b>	<b>22 407,53</b>	<b>0,00</b>	<b>1 736 574,78</b>
	<b>Quantias líquidas escrituradas</b>	<b>13 754,00</b>	<b>11 981 112,36</b>	<b>226 984,26</b>	<b>787 412,56</b>	<b>15 545,46</b>	<b>59 003,28</b>	<b>290 762,90</b>	<b>13 374 574,82</b>
Adições	0,00	0,00	30 307,90	69 839,46	17 916,65	22 876,58	2 179 865,90	2 320 806,49	
Revalorizações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências	-4,00	1 567 743,68	213 914,10	-225 587,13	9 775,01	1 897,94	-1 496 408,54	71 331,06	
Reclassificações para ativos não correntes detidos para venda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alienações, Sinistros e Abates	0,00	0,00	0,00	3 000,00	0,00	0,00	0,00	3 000,00	
Outras Alterações (correção depreciações)	0,00	-42,31	-49 813,92	52 874,19	4 094,95	-5 956,66	0,00	1 156,25	
Depreciações	0,00	548 033,51	52 410,86	93 331,67	8 735,73	14 069,73	0,00	716 581,50	
Perdas por Imparidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Em 31/12/2025	<b>Quantias Escrituradas</b>	<b>13 750,00</b>	<b>14 951 739,43</b>	<b>504 176,41</b>	<b>841 223,62</b>	<b>108 992,10</b>	<b>106 185,33</b>	<b>974 220,26</b>	<b>17 500 287,15</b>
	<b>Deprec. perdas por imparidade acumuladas</b>	<b>0,00</b>	<b>1 950 959,21</b>	<b>135 194,93</b>	<b>253 016,21</b>	<b>70 395,76</b>	<b>42 433,92</b>	<b>0,00</b>	<b>2 452 000,03</b>
	<b>Quantias líquidas escrituradas</b>	<b>13 750,00</b>	<b>13 000 780,22</b>	<b>368 981,48</b>	<b>588 207,41</b>	<b>38 596,34</b>	<b>63 751,41</b>	<b>974 220,26</b>	<b>15 048 287,12</b>

## 6.2. Depreciações reconhecidas em resultados e depreciações acumuladas

Depreciação de ativos fixos tangíveis	Edifícios e Outras Construções		Equipamento Básico	Equipamento de transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	Totais
	Terrenos	Edifícios					
<b>Acumuladas em 01/01/2024</b>	<b>0,00</b>	<b>930 777,41</b>	<b>7 269,15</b>	<b>100 906,01</b>	<b>53 815,32</b>	<b>15 644,37</b>	<b>1 108 412,26</b>
Reforços	0,00	484 099,00	25 701,00	111 652,72	11 939,66	6 763,16	640 155,54
Reversões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Revalorizações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reclassificações para ativos não correntes detidos para venda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienações	0,00	-11 993,02	0,00	0,00	0,00	0,00	-11 993,02
Sinistros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Abates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Alterações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Acumuladas em 31/12/2024</b>	<b>0,00</b>	<b>1 402 883,39</b>	<b>32 970,15</b>	<b>212 558,73</b>	<b>65 754,98</b>	<b>22 407,53</b>	<b>1 736 574,78</b>
Reforços	0,00	548 033,51	52 410,86	93 331,67	8 735,73	14 069,73	716 581,50
Reversões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Revalorizações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	42,31	49 813,92	-52 874,19	-4 094,95	5 956,66	-1 156,25
Reclassificações para ativos não correntes detidos para venda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sinistros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Abates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Alterações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Acumuladas em 31/12/2025</b>	<b>0,00</b>	<b>1 950 959,21</b>	<b>135 194,93</b>	<b>253 016,21</b>	<b>70 395,76</b>	<b>42 433,92</b>	<b>2 452 000,03</b>

<b>Evolução Ativos Fixos Tangíveis</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Terrenos	13 750,00	13 754,00
Edifícios	13 000 780,22	11 981 112,36
Equipamento Básico	368 981,48	226 984,26
Equipamento de Transporte	588 207,41	787 412,56
Equipamento Administrativo	38 596,34	15 545,46
Ferramentas e Utensílios	63 751,41	59 003,28
Ativos Fixos Tangíveis em Curso	974 220,26	290 762,90
<b>Totais</b>	<b>15 048 287,12</b>	<b>13 374 574,82</b>

## 7. Ativos fixos Intangíveis

7.1. Divulgação para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis:

- a) **As vidas úteis de todos os ativos intangíveis são finitas;**
- b) **O método de depreciação usado para estes bens é o método da linha reta;**
- c) **As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:**

	<b>Anos de vida útil</b>
Programas de computador	3

A quantia bruta escriturada e qualquer amortização acumulada:



Descrição		Programas de Computador
	<b>Quantias Escrituradas</b>	<b>151 469,02</b>
Em 01/01/2024	<b>Depreciações e perdas por imparidade acumuladas</b>	<b>81 761,62</b>
	<b>Quantias líquidas escrituradas</b>	<b>69 707,40</b>
Adições		13 236,25
Revalorizações		0,00
Transferências		0,00
Reclassificações para ativos não correntes detidos para venda		0,00
Alienações, Sinistros e Abates		0,00
Outras Alterações		0,00
Depreciações		28 097,35
Perdas por Imparidade		0,00
	<b>Quantias Escrituradas</b>	<b>164 705,27</b>
Em 31/12/2024	<b>Depreciações e perdas por imparidade acumuladas</b>	<b>109 858,97</b>
	<b>Quantias líquidas escrituradas</b>	<b>54 846,30</b>
Adições		37 212,70
Revalorizações		0,00
Transferências		0,00
Reclassificações para ativos não correntes detidos para venda		0,00
Alienações, Sinistros e Abates		0,00
Outras Alterações		0,00
Depreciações		29 692,90
Perdas por Imparidade		0,00
	<b>Quantias Escrituradas</b>	<b>201 917,97</b>
Em 31/12/2025	<b>Depreciações e perdas por imparidade acumuladas</b>	<b>139 551,87</b>
	<b>Quantias líquidas escrituradas</b>	<b>62 366,10</b>

## 8. Imparidades dos Ativos

O quadro abaixo apresenta a evolução das imparidades no exercício de 2025, face ao exercício de 2024:

- Podemos verificar que no período de 2024, estavam constituídas imparidades no valor de 115.831,61€, valor que aumentou para 136.096,72 € no final de 2025;
- Não foram reconhecidas quaisquer outras imparidades nas outras classes de ativos.
- O reconhecimento de imparidades segue o critério estipulado no IRC

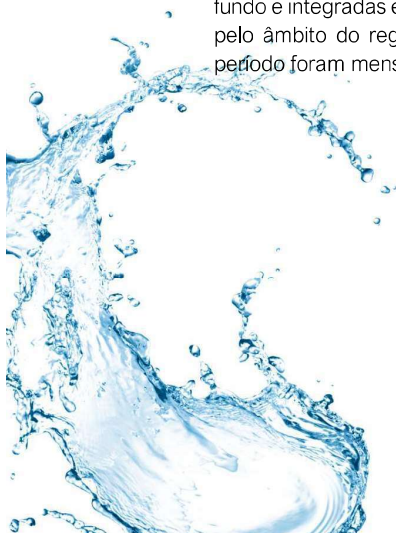


Quantias das perdas por imparidade e respetivas reversões incluídas em cada uma das linhas das DR's			Clientes	Totais
2025	Perdas por imparidade reconhecidas nos resultados	> Saldo a 1 de janeiro	115 831,61	115 831,61
		> Aumentos	44 665,62	44 665,62
		> Reversões	24 400,51	24 400,51
		> Regularizações	0,00	0,00
		<b>Saldo a 31/12/2025</b>	<b>136 096,72</b>	<b>136 096,72</b>
	Perdas por Imparidade em ativos revalorizados reconhecidas no CP	> Saldo a 1 de janeiro	0,00	0,00
		> Aumentos	0,00	0,00
		> Reversões	0,00	0,00
		> Regularizações	0,00	0,00
		<b>Saldo a 31/12/2025</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
2024	Perdas por imparidade reconhecidas nos resultados	> Saldo a 1 de janeiro	72 813,36	72 813,36
		> Aumentos	43 018,25	43 018,25
		> Reversões	0,00	0,00
		> Regularizações	0,00	0,00
		<b>Saldo a 31/12/2024</b>	<b>115 831,61</b>	<b>115 831,61</b>
	Perdas por Imparidade em ativos revalorizados reconhecidas no CP	> Saldo a 1 de janeiro	0,00	0,00
		> Aumentos	0,00	0,00
		> Reversões	0,00	0,00
		> Regularizações	0,00	0,00
		<b>Saldo a 31/12/2024</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

## 9. Outros Investimentos Financeiros

A Lei n.º 70/2013 de 30 de agosto estabelece os regimes jurídicos do fundo de compensação do trabalho e outros. A presente lei é aplicável às relações de trabalho reguladas pelo código do trabalho, e aplica-se apenas aos contratos de trabalho celebrados após a sua entrada em vigor, tendo sempre por referência a antiguidade, contada a partir do momento da execução dos mesmos contratos, excluindo os de curta duração e trabalho temporário, bem como os trabalhadores que exercem funções públicas, incluindo os institutos públicos de regime especial.

O FCT é financiado pelas entregas mensais efetuadas pelas entidades empregadoras abrangidas pelo âmbito do regime instituído pela Lei 70/2013 de 30 de agosto. O dinheiro proveniente das entregas mensais das entidades empregadoras integra o património de um fundo — o Fundo de Compensação do Trabalho — gerido em regime de capitalização pelo IGFCSS, IP. As entregas são convertidas em unidades de participação do fundo e integradas em contas individuais referenciadas aos trabalhadores da entidade empregadora abrangidos pelo âmbito do regime na proporção das entregas realizadas por conta de cada trabalhador. No presente período foram mensurados no ativo da Empresa o montante de 3.226,23 Euros.



**10. Ativos por Impostos Diferidos**

Em 31 de dezembro de 2025 os ativos por impostos diferidos apresentavam os seguintes movimentos:

Ativos por Impostos Diferidos	Saldo em 01/01/2025	Constituição	Reversão	Saldo em 31/12/2025
Ajustamentos de Inventários	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos de Clientes de Cob. Duvidosa	0,00	0,00	0,00	0,00
Prejuízos Fiscais Reportáveis	84 812,23	10 441,82	0,00	95 254,05
Benefício Fiscal - RCCS	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total APdSE</b>	<b>84 812,23</b>	<b>10 441,82</b>	<b>0,00</b>	<b>95 254,05</b>

**11. Inventários:**

**11.1. Políticas contabilísticas adotadas na mensuração das mercadorias e a fórmula de custeio são as seguintes:**

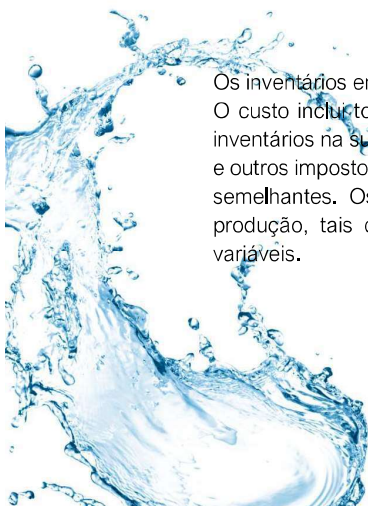
- As matérias-primas são reconhecidas pelo preço de custo. O preço de custo inclui todos os custos de compra, de conversão e outros custos incorridos para a colocação dos inventários no local e estado atual.
- As saídas de armazém são valorizadas pelo método de custeio FIFO (First in, First out).

**11.2. A quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas é a seguinte:**

Quantias escrituradas	31/12/2025			31/12/2024		
	Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias (líquidas) escrituradas	Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias (líquidas) escrituradas
<b>Materias Primas</b>						
Peças e acessórios	119 022,48	0,00	119 022,48	109 219,87	0,00	109 219,87
<b>Totais</b>	<b>119 022,48</b>	<b>0,00</b>	<b>119 022,48</b>	<b>109 219,87</b>	<b>0,00</b>	<b>109 219,87</b>

**11.3 Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada**

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo ou pelo valor realizável líquido, no caso de este ser inferior. O custo inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os custos de compra incluem o preço de compra, os direitos de importação e outros impostos, os custos de transporte e manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes. Os custos de conversão incluem os custos diretamente relacionados com as unidades de produção, tais como matérias-primas e mão-de-obra direta, incluindo ainda gastos de produção fixos e variáveis.



A Empresa adota como fórmula de custeio na saída dos seus inventários o FIFO, a qual pressupõe que os itens de inventário que foram comprados ou produzidos primeiro sejam vendidos em primeiro lugar, e consequentemente, os itens que permaneceram em inventário no fim do período sejam os itens mais recentemente comprados ou produzidos.

#### 11.4 Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

No período de 2025, a quantia de inventários reconhecida como gasto totalizou 2.755.883,01 euros, que inclui aquisição de água à AdVT, ao Município de Arganil e consumos de matérias-primas (peças e acessórios).

#### 12. Clientes

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 a rubrica "Clientes" tinha a seguinte composição:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Clientes Conta Corrente	0,00	901 842,18	0,00	861 160,33
Clientes-cheques pré datados	0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes de Cobrança Duvidosa	0,00	204 342,33	0,00	159 603,25
<b>Sub-Total APdSE</b>	<b>0,00</b>	<b>1 106 184,51</b>	<b>0,00</b>	<b>1 020 763,58</b>
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	-136 096,72	0,00	-115 831,61
<b>Total APdSE</b>	<b>0,00</b>	<b>970 087,79</b>	<b>0,00</b>	<b>904 931,97</b>

	31/12/2025		31/12/2024	
	Clientes Gerais	Grupos/Relacionados	Clientes Gerais	Grupos/Relacionados
Clientes Conta Corrente	901 842,18	0,00	861 160,33	0,00
Clientes-cheques pré datados	0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes de Cobrança Duvidosa	204 342,33	0,00	159 603,25	0,00
<b>Sub-Total APdSE</b>	<b>1 106 184,51</b>	<b>0,00</b>	<b>1 020 763,58</b>	<b>0,00</b>
Perdas por Imparidade Acumuladas	-136 096,72	0,00	-115 831,61	0,00
<b>Total APdSE</b>	<b>970 087,79</b>	<b>0,00</b>	<b>904 931,97</b>	<b>0,00</b>

#### 13. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2025 a rubrica "Estado e outros entes públicos", no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

Ativo	31/12/2025	31/12/2024
Imposto sobre o rend. das pessoas coletivas (IRC)	409,12	230,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	6 855,75
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	0,00	0,00
Outros Impostos e taxas	0,00	0,00
<b>Total APdSE</b>	<b>409,12</b>	<b>7 085,75</b>

Passivo	31/12/2025	31/12/2024
Imposto sobre o rend. das pessoas coletivas (IRC)	0,00	1 394,80
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1 778,34	30 706,10
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	11 250,49	9 569,00
Segurança Social	32 478,32	27 896,89
Outros Impostos e taxas	10 088,31	10 823,34
<b>Total APdSE</b>	<b>55 595,46</b>	<b>80 390,13</b>

**14. Outros créditos a receber**

Em 31 de dezembro a rubrica "Outros Créditos a receber" apresentava a seguinte composição:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Adiantamentos a Fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissionistas	0,00	0,00	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	1 313 658,50	0,00	1 037 780,28
Outros devedores e credores	0,00	151 670,70	0,00	415 326,03
<b>Sub-Total APdSE</b>	<b>0,00</b>	<b>1 465 329,20</b>	<b>0,00</b>	<b>1 453 106,31</b>
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total APdSE</b>	<b>0,00</b>	<b>1 465 329,20</b>	<b>0,00</b>	<b>1 453 106,31</b>

**15. Diferimentos**

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos da rubrica "Diferimentos", do ativo e passivo foram como se indica:

Diferimentos (Ativo)	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhos Especializados	0,00	0,00
Seguros Pagos antecipadamente	6 722,43	7 129,88
Outros Gastos a Reconhecer	0,00	0,00
<b>Total APdSE</b>	<b>6 722,43</b>	<b>7 129,88</b>

Diferimentos (Passivo)	31/12/2025	31/12/2024
Rendimentos a Reconhecer	0,00	0,00
Outros Rendimentos a Reconhecer	0,00	0,00
<b>Total APdSE</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**16. Capital próprio****16.1. Capital subscrito**

O capital social, que se encontra inteiramente subscrito e realizado, é de seis milhões cento e cinquenta mil euros, representado por seiscentos e quinze mil ações nominativas, com valor nominal de 10 euros cada uma.

Acionista	Nº Ações	Valor
Município de Seia	205 000,00	2 050 000,00
Município de Oliveira do Hospital	205 000,00	2 050 000,00
Município de Gouveia	205 000,00	2 050 000,00
<b>Total APdSE</b>	<b>615 000,00</b>	<b>6 150 000,00</b>

Acionista	Nº Ações	Valor 2020	Valor 2024	Valor 2025
Município de Seia	205 000,00	2 050 000,00	2 890 253,53	2 851 919,72
Município de Oliveira do Hospital	205 000,00	2 050 000,00	2 890 253,53	2 851 919,72
Município de Gouveia	205 000,00	2 050 000,00	2 890 253,53	2 851 919,72
<b>Total APdSE</b>	<b>615 000,00</b>	<b>6 150 000,00</b>	<b>8 670 760,59</b>	<b>8 555 759,17</b>

O capital social foi realizado em 150.000,00 euros em dinheiro e 6.000.000,00 euros em espécie, através da transferência dos bens através da transferência para a sociedade dos bens municípios que estavam afetos à atividade de abastecimento e distribuição de águas e saneamento.

Findo este exercício de 2025 o valor da participação de cada um dos acionistas, cifrando-se agora em 2.851.919,72 €.

Acionista	Valor 2025	Valor 2024
Município de Seia	2 851 919,72	2 890 253,53
Município de Oliveira do Hospital	2 851 919,72	2 890 253,53
Município de Gouveia	2 851 919,72	2 890 253,53
<b>Total APdSE</b>	<b>8 555 759,17</b>	<b>8 670 760,59</b>

## 16.2. Resultado Transitado

Em 31 de dezembro de 2025 o saldo desta rubrica tinha a seguinte composição:

Saldo a 1 de janeiro	581,52
Aumento no Período	16 206,00
Ajustamento no Período	0,00
<b>Total APdSE</b>	<b>16 787,52</b>

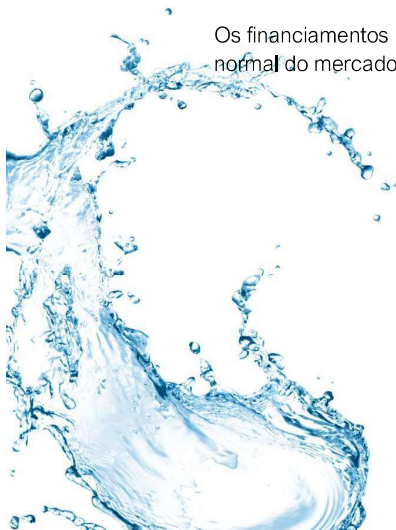
## 17. Financiamentos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo, pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos.

Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a empresa tenha o direito incondicional para definir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

Os financiamentos não têm qualquer garantia real e as taxas de juro aplicadas estão de acordo com a prática normal do mercado



a) O quadro seguinte apresenta a evolução dos saldos dos respetivos financiamentos no final do período

Natureza	31/12/2025		31/12/2024	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Empréstimos Bancários	4 180 725,40	479 239,94	3 192 014,07	330 519,23
Contas Caucionadas	0,00	1 250 000,00	0,00	885 000,00
Contas Bancárias c/ livrança	0,00	0,00	0,00	0,00
Locações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total APdSE</b>	<b>4 180 725,40</b>	<b>1 729 239,94</b>	<b>3 192 014,07</b>	<b>1 215 519,23</b>

b) **Maturidade:**

Anos	Valor
< 1	1 729 239,94
1 a 5	0,00
> 5	4 180 725,40

## 18. Passivos por impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2025 os passivos por impostos diferidos apresentavam os seguintes movimentos:

Passivos por Impostos Diferidos	Saldo em 01/01/2025	Constituição	Reversão	Saldo em 31/12/2025
Ganhos Tributados em períodos futuros	651 942,90	0,00	33 038,86	618 904,04
Revalorizações de ativos fixos tangíveis	18 332,46	0,00	1 145,78	17 186,68
Outros Impostos e taxas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total APdSE</b>	<b>670 275,36</b>	<b>0,00</b>	<b>34 184,64</b>	<b>636 090,72</b>

## 19. Outras dívidas a pagar

A rubrica "Outras dívidas a pagar" a 31 de dezembro apresenta o saldo que se segue:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Ao Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores de Investimento	0,00	45 020,17	0,00	48 308,53
Credores por acréscimos de Gastos	0,00	542 906,38	0,00	367 651,82
Comissionistas	0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes (Saldos Credores)	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Credores	0,00	1 042 520,11	0,00	997 816,29
<b>Total APdSE</b>	<b>0,00</b>	<b>1 630 446,66</b>	<b>0,00</b>	<b>1 413 776,64</b>

## 20. Fornecedores

Em 31 de dezembro a rubrica "Fornecedores" apresentava a seguinte composição:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Fornecedores conta corrente mercado nacional	0,00	1 030 411,73	0,00	921 144,76
Fornecedores conta títulos a pagar	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores receção e conferência	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores outros mercados	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total APdSE</b>	<b>0,00</b>	<b>1 030 411,73</b>	<b>0,00</b>	<b>921 144,76</b>

	31/12/2025		31/12/2024	
	Fornecedores Gerais	Grupos/Relacionados	Fornecedores Gerais	Grupos/Relacionados
Fornecedores conta corrente mercado nacional	725 603,31	304 808,42	682 501,14	238 643,62
Fornecedores conta títulos a pagar	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores receção e conferência	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores outros mercados	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total APdSE</b>	<b>725 603,31</b>	<b>304 808,42</b>	<b>682 501,14</b>	<b>238 643,62</b>

## 21. Rédito

**21.1.** Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa, sendo reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A empresa reconhece rédito quando, este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas.

A empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da venda dos bens e da prestação dos serviços. Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Destaque para a importância dos trabalhos para a própria entidade, com a valorização de obras realizadas.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidas" quando existe o direito de os receber.

## 21.2. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período

A quantia reconhecida por categoria, durante o período foi a seguinte:



Passivos por Impostos Diferidos	2025			2024		
	Réditos Reconhecidos no Período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período (%)	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior (%)	Réditos Reconhecidos no Período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período (%)	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior (%)
Vendas de Bens	2 593 678,71	25,67%	11,33%	2 329 707,22	24,17%	-10,18%
Prestação de Serviços	5 817 037,04	57,58%	6,91%	5 440 985,90	56,45%	-6,46%
Trabalhos p/ Própria Entidade	1 262 448,16	12,50%	25,49%	1 006 031,79	10,44%	-20,31%
Subsídios à Exploração	144 638,32	1,43%	424,80%	27 560,46	0,29%	-80,95%
Outros Rendimentos e Ganhos	276 638,17	2,74%	-66,52%	826 175,04	8,57%	198,65%
Juros e Rendimentos Similares	7 581,36	0,08%	-0,11%	7 589,74	0,08%	0,11%
<b>Total APdSE</b>	<b>10 102 021,76</b>	<b>100,00%</b>	<b>4,81%</b>	<b>9 638 050,15</b>	<b>100,00%</b>	<b>-4,59%</b>

## 22. Subsídios à exploração

Esta rubrica em 2025 apresentou um saldo de 144 638,32 euros, em resultado dos apoios recebidos do IIEFP e isenção parcial de Segurança Social aprovado em 2025 decorrentes dos incêndios florestais de 2024.

## 23. Fornecimentos e serviços externos (FSE)

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos, foi a seguinte:

	31/12/2025	31/12/2024
Subcontratos	13 395,16	89 102,49
Serviços Especializados	2 961 551,22	2 908 662,03
Materiais	42 753,33	14 293,03
Energia e Fluidos	409 369,20	220 701,95
Deslocações, Estadas e Transportes	58 988,32	39 860,32
Serviços Diversos:	361 950,50	432 172,26
Rendas e Alugueres	72 275,28	62 977,17
Comunicação	217 377,64	227 372,75
Seguros	38 735,91	103 106,06
Contencioso e Notariado	357,00	343,75
Despesas de Representação	0,00	0,00
Limpeza, Higiene e Conforto	32 853,33	35 643,10
Outros	0,00	2 729,43
<b>Total APdSE</b>	<b>3 848 007,73</b>	<b>3 704 792,08</b>

Destaque para o aumento considerável os serviços especializados que incluem a faturação de saneamento por parte da AdVT, conforme autos de medição emitidos, bem como da energia e combustíveis.

## 24. Gastos com pessoal

A repartição dos gastos com pessoal nos períodos findos em 31 de dezembro, foi a seguinte:

	31/12/2025	31/12/2024
Remuneração dos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remuneração do Pessoal	1 822 995,44	1 549 122,94
Benefícios pós-emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre Remunerações	385 616,89	323 578,75
Seguros	91 686,28	19 908,19
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com Pessoal	16 341,88	0,00
<b>Total APdSE</b>	<b>2 316 640,49</b>	<b>1 892 609,88</b>

## 25. Outros rendimentos

A repartição dos outros rendimentos nos períodos findos em 31 de dezembro, foi a seguinte:

	31/12/2025	31/12/2024
Rendimentos Suplementares	134 802,63	126 102,89
Descontos de Pronto Pagamento Obtidos	0,00	0,00
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em Inventários	0,00	0,00
Rendimentos e Ganhos em Subsidiárias e Associadas	0,00	0,00
Rendimentos e Ganhos nos restantes Ativos Financeiros	0,00	0,00
Rendimentos e Ganhos em Inv. Não Financeiros	0,00	0,00
Outros Rendimentos e Ganhos	141 835,54	700 072,15
Juros e Similares	7 581,36	7 589,74
<b>Total APdSE</b>	<b>284 219,53</b>	<b>833 764,78</b>

## 26. Outros gastos

A composição da rubrica "Outros gastos" no final do exercício era a seguinte:

	31/12/2025	31/12/2024
Impostos	277 227,28	213 203,87
Descontos de Pronto Pagamento Concedidos	0,00	0,00
Dívidas Incobráveis	0,00	0,00
Perdas em Inventários	0,00	0,00
Gastos e Perdas nos Ativos	0,00	0,00
Gastos e Perdas em Inv. Não Financeiros	1 843,75	0,00
Outros Gastos e Perdas	4 725,36	434 779,49
<b>Total APdSE</b>	<b>283 796,39</b>	<b>647 983,36</b>

## 27. Juros e gastos similares suportados

A composição da rubrica "juros e gastos similares" no final do exercício era a seguinte:



	31/12/2025	31/12/2024
Juros de Financiamentos Obtidos	157 650,95	169 718,49
Serviços Bancárias	1 806,32	0,00
Outros Gastos e Perdas de Finan. - Rel. A Financiamento	0,00	0,00
<b>Total APdSE</b>	<b>159 457,27</b>	<b>169 718,49</b>

## 28. Impostos sobre o rendimento

O quadro abaixo apresenta o montante de imposto do exercício reconhecido nas demonstrações financeiras:

Quantias dos Principais Componentes de Gasto/Rendimento de Imposto	31/12/2025	31/12/2024
<b>Resultado antes de Imposto</b>	<b>-48 566,57</b>	<b>21 358,37</b>
Impostos diferidos	10 441,82	-2 904,62
Impostos sobre o Rendimento do Período	0,00	1 394,80
<b>Total APdSE</b>	<b>-38 124,75</b>	<b>17 058,95</b>

a) Explicação de alterações na taxa(s) de imposto aplicável comparada com o período contabilístico anterior

Decorrente da lei n.º 82-B/2014, que aprova o Orçamento de Estado para 2015, a taxa geral de IRC aplicável mantém-se inalterável desde 2015, a qual reduziu de 23% para 21% (artigo 87.º, n.º 1), para o montante de matéria coletável superior a 25.000,00 euros. E de acordo com a Lei n.º 42/2016, até 25.000,00 euros de matéria coletável a taxa reduzida de IRC aplicável reduziu de 17% para 12,5%.

## 29. Acontecimentos após a data do balanço

### 29.1. Autorização para emissão

a) As demonstrações financeiras foram autorizadas, para emissão, em 20 março de 2026, pelos membros do Conselho de Administração, em representação dos acionistas que representam;

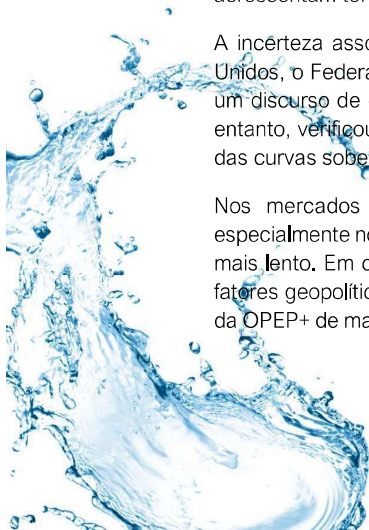
b) Não foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço.

Em complemento ao referido na Nota 2.3, entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras, não foram recebidas quaisquer informações que indicassem a existência de condições à data do balanço que justificassem ajustamentos nas quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

A Administração da Empresa mantém a atenção sobre o impacto de conflitos geopolíticos persistentes. O conflito entre a Rússia e a Ucrânia continua a gerar incertezas e constrangimentos significativos, a que se acrescentam tensões recentes em outras regiões do Médio Oriente.

A incerteza associada a estes conflitos continua a afetar os indicadores económicos globais. Nos Estados Unidos, o Federal Reserve mantém uma política de taxas de juro elevadas, enquanto na Zona Euro prevalece um discurso de cautela face aos efeitos potenciais sobre a inflação e o crescimento económico europeu. No entanto, verificou-se, em ambos os lados do Atlântico, uma tendência de redução das rentabilidades ao longo das curvas soberanas, mais pronunciada na Zona Euro.

Nos mercados acionistas, a volatilidade aumentou, com quedas significativas nos índices europeus, especialmente no setor bancário, refletindo preocupações com cenários de inflação mais elevada e crescimento mais lento. Em contrapartida, os setores de energia e metais beneficiaram de valorização, impulsionados por fatores geopolíticos e de oferta. O preço do barril de Brent atingiu níveis elevados, influenciado pelas decisões da OPEP+ de manter as quotas de produção, enquanto o preço do gás natural europeu registou novos máximos



históricos, refletindo a incerteza sobre fornecimentos russos. Metais básicos como alumínio, níquel e paládio também apresentaram valorizações expressivas devido à posição estratégica da Rússia na produção global.

A escalada de tensões geopolíticas poderá influenciar o ritmo de normalização das políticas monetárias do Banco Central Europeu e de outros bancos centrais.

Não obstante, as demonstrações financeiras foram elaboradas com base no pressuposto da continuidade da Empresa. A Administração, considerando a informação disponível à data sobre a evolução futura da Empresa, entende que a Empresa possui capacidade para prosseguir em funcionamento normal.

### 30. Divulgações exigidas por diplomas legais

A Empresa não é devedora ao Estado nem à Segurança Social ou a quaisquer outras entidades públicas por quaisquer dívidas fiscais e contributivas em situação de mora.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do art.º 66.º do Código das Sociedades Comerciais, durante o período de 2025, a Empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o número de ações próprias detidas em 31 de dezembro de 2025.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nem realizados negócios entre a Empresa e os seus Administradores, nem lhes foram concedidos quaisquer empréstimos ou adiantamentos por conta de lucros, nos termos do art.º 397 do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 5, alínea e) do Art.º 66 do Código das Sociedades Comerciais.

### 31. Análise de risco

A sociedade seguiu, ao nível da gestão de risco, a política normalmente adotada.

#### a) Risco de crédito

##### i. Créditos sobre clientes

O risco de crédito, resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus Clientes, relacionados com a atividade operacional.

O principal objetivo da gestão de risco de crédito, é garantir a cobrança efetiva dos recebimentos operacionais de Clientes em conformidade com as condições negociadas.

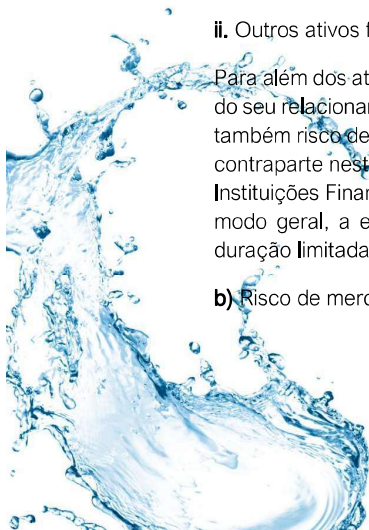
De modo a mitigar o risco de crédito que deriva do potencial incumprimento de pagamento por parte dos Clientes, a sociedade:

- Tem implementado procedimentos de gestão de crédito e processos de aprovação de planos de pagamento;
- Possui equipa dedicada à gestão do crédito e das cobranças;
- Promove dentro dos prazos definidos na lei, a interrupção de fornecimento de água por falta de pagamento;
- Estabelece e acompanha os limites de crédito dos seus Clientes, monitorizando a exposição efetiva;
- Recorre aos meios legais disponíveis para recuperação de crédito quando aplicável, nomeadamente injunções

##### ii. Outros ativos financeiros para além de Créditos sobre Clientes

Para além dos ativos resultantes das atividades operacionais, a sociedade detém ativos financeiros decorrentes do seu relacionamento com Instituições Financeiras, tais como depósitos bancários. Consequentemente, existe também risco de crédito associado ao potencial incumprimento pecuniário das Instituições Financeiras que são contraparte nestes relacionamentos. Como regra, os ativos financeiros decorrentes deste relacionamento com Instituições Financeiras envolvem contrapartes com rating mínimo de Investment Grade. Por outro lado, de um modo geral, a exposição relacionada com este tipo de ativos financeiros é amplamente diversificada e de duração limitada no tempo.

#### b) Risco de mercado



**i. Taxas de juro**

Em resultado da proporção relevante de dívida a taxa variável no seu Balanço, e dos consequentes cash flows de pagamento de juros, a sociedade encontra-se exposta a risco de taxa de juro, particularmente ao risco de variação de taxa de juro do Euro.

Como regra a empresa não cobre por meio de derivados financeiros a sua exposição às variações de taxas de juro. Esta abordagem baseia-se no princípio da existência de uma correlação negativa entre os níveis de taxa de juro e o cash flow operacional antes de juros líquidos, que cria um hedging natural ao nível do cash flow operacional após juros líquidos.

- O custo financeiro máximo do conjunto do derivado e da exposição subjacente são sempre conhecidos e limitados desde o início da contratação do derivado;
- Cotações de pelo menos duas Instituições Financeiras são obtidas antes da contratação de derivados de taxa de juro.

**ii. Risco de taxa de câmbio**

A empresa não se encontra exposta ao risco de taxa de câmbio.

**c) Risco de liquidez**

A gestão de risco de liquidez, na ÁGUAS PÚBLICAS DA SERRA DA ESTRELA, EIM, S.A., tem por objetivo garantir que a sociedade possui capacidade para obter atempadamente o financiamento necessário para poder levar a cabo as suas obrigações de pagamento quando devidas, evitando ao mesmo tempo a necessidade de obter financiamento em condições desfavoráveis.

Com este propósito, a gestão de liquidez compreende os seguintes aspetos:

- Planeamento financeiro consistente baseado em previsões de cash flows quer ao nível das operações, quer ao nível consolidado, de acordo com diferentes horizontes temporais (semanal, mensal, anual e plurianual);
- Diversificação de fontes de financiamento;
- Diversificação das maturidades da dívida emitida de modo a evitar a concentração excessiva em curtos períodos de tempo das amortizações de dívida;
- Contratação com Bancos de relacionamento, de linhas de crédito de curto prazo, (committed e uncommittes), e outros tipos de operações financeiras, assegurando um balanceamento entre níveis adequados de liquidez e de commitment fees suportados.

**32. Outras informações****32.1. A proposta de aplicação de resultados ou, se aplicável, a aplicação dos resultados**

A ÁGUAS PÚBLICAS DA SERRA DA ESTRELA, EIM, S.A., no período económico findo em 31 de dezembro de 2025 alcançou o Resultado Líquido de -38.124,75 euros.

Tomando em consideração a situação económico-financeira da Empresa, a Administração propõe sua aplicação de acordo com o seguinte:

	Exercício 2025	Exercício 2024
Reservas Legais	0,00	852,95
Resultados Transitados	-38 124,75	16 206,00
<b>Total APdSE</b>	<b>-38 124,75</b>	<b>17 058,95</b>

Nos termos da Lei 50/2012, estabelece no artº 40 que, caso o resultado líquido antes de impostos se apresentar negativo, é obrigatória a realização de uma transferência financeira a cargo dos acionistas, na proporção da respetiva participação social, com vista a equilibrar os resultados do exercício em causa.

**33.** Divulgações adicionais para as entidades a que se referem a alínea h) do n.º 1 do artigo 2.º e o n.º 4 do artigo 9.º, ambos do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.

**33.1.** Os honorários totais faturados durante o período por cada revisor oficial de contas relativamente à revisão legal das demonstrações financeiras anuais.

O Revisor Oficial de Contas Dr. Bruno Almeida através da Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados, relativamente à revisão legal das demonstrações financeiras anuais, faturou 4.950 € honorários, durante o ano 2025, sendo 1.650,00 € referente à certificação de 2024 e 3.300,00€ por conta da certificação de 2025, à ÁGUAS PÚBLICAS DA SERRA DA ESTRELA, EIM, S.A., não tendo prestado qualquer outro tipo de serviço.



### 34. Termo de responsabilidade

A Administração e o Contabilista Certificado confirmam que, à data de 31 de dezembro de 2025, para além dos factos mencionados em anteriores notas:

- Não existem quaisquer outras responsabilidades com garantias, hipotecas e penhores a favor de terceiros;
- Não existem processos concluídos ou em curso (em fase de recurso hierárquico ou judicial) contra a Empresa, decorrente de levantamentos processuais referentes a contingências fiscais, legais ou laborais, ou de outra natureza, para os quais a empresa, no âmbito do SNC/NCRF, seja obrigada a constituir ou a divulgar as respetivas responsabilidades nas suas demonstrações financeiras.

Seia, 20 de março de 2026

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

José Francisco Tavares Rolo

Bruno Alexandre Borges Garcia

António Luciano da Silva Ribeiro

Jorge Abrantes Cardoso Ferreira

